

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

REJANE MIRANDA DE OLIVEIRA

**OS DESAFIOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM DUQUE DE CAXIAS:
Formação de uma professora-pesquisadora, por uma educação antirracista**



Niterói
2022

REJANE MIRANDA DE OLIVEIRA

**OS DESAFIOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM DUQUE DE CAXIAS:
Formação de uma professora-pesquisadora, por uma educação antirracista**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Paula Alves Ribeiro

Niterói

2022

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, avoz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada pelos demais.

Eduardo Galeano (2011, p. 23)

RESUMO

O trabalho que apresento parte do interesse em dar continuidade aos questionamentos iniciados no curso de graduação em Pedagogia, na pesquisa da monografia, dando ênfase às relações educacionais étnico-raciais, com base no ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no âmbito escolar. Aliado a este interesse, minha formação de pesquisadora-professora implicada no Ensino Básico, possibilita o retorno a este tema. Neste sentido, a pesquisa tem por finalidade entender os desafios de aplicação da Lei 10.639/03 e oportunizar reflexões sobre o complexo vínculo entre educação e política, expondo o fenômeno educacional que ocorre no âmbito escolar. Tomando como ponto de partida políticas municipais, principalmente a de dois municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que envolvem ação e distribuição de recursos e cuja aplicação se traduz no exercício de poder por meio das linguagens usadas para sua legitimação, o presente trabalho objetiva desencadear novas posturas que visem à superação do preconceito racial, da baixo-estima do sujeito negro em relação à sua cor e às culturas de origem africana, e em todas as dimensões da sua vida social, a partir da construção de uma educação que contribua para a superação do racismo.

Palavras-chave: Cultura Africana e Afro-brasileira; Racismo; Educação Antirracista; Lei 10.639/03.

ABSTRACT

The work that presents part of the interest in continuing the questions initiated in the undergraduate course in Pedagogy, in the research of the monograph, emphasizing the ethnic-racial educational relations, based on the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in the school environment. Allied to this interest, my training as a researcher-teacher involved in Basic Education, allows the return to this theme. In this sense, the research aims to understand the challenges of application of Law 10.639/03 and to opportunistize reflections on the complex link between education and politics, exposing the educational phenomenon that occurs in the school environment. Taking as a starting point municipal policies, mainly that of two municipalities in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, which involve action and distribution of resources and whose application translates into the exercise of power through the languages used for its legitimation, the present work aims to trigger new postures aimed at overcoming racial prejudice, of the low esteem of the black subject in relation to his color and cultures of African origin, and in all dimensions of his social life, from the construction of an education that contributes to the overcoming of racism.

Keywords: African and Afro-Brazilian Culture; Racism; Anti-Racist Education; Law 10. 639/03.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
METODOLOGIA.....	19
CAPÍTULO I	
LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, DOS ANOS 1980 AOS ANOS 2000: A CONSTITUIÇÃO DE 1988, A LDB DE 1996, CONFERÊNCIA DE DURBAN E A LEI 10639/2003	31
1.1 Política educacional: história e contexto	32
1.2 Direito, cidadania e o direito a cultura e a história como políticas públicas.	33
1.3 A cultura afro-brasileira	35
CAPÍTULO II	
POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA, COMO SE CONSTRÓIUMA LEI E COMO ELA É IMPLEMENTADA	38
CAPÍTULO III	
PENSANDO AS EXPERIÊNCIAS ATUAIS DE PANDEMIA, E O NOVO NORMAL EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO E AS QUESTÕES RACIAIS EM DUQUE DE CAXIAS.	46
3.1 A realização das minhas atividades, meu cronograma, o que foi feito e quais dificuldades se apresentaram durante o processo.	50
CAPÍTULO IV	
COMO ME TORNAR PROFESSORA E PESQUISADORA NESSE PROCESSO? MEU PERCURSO, DE SÃO GONÇALO ATÉ DUQUE DE CAXIAS.....	58
4.1 Formada e desempregada, 2017.....	59
4.2 O Ingresso no Mestrado em 2018 no PPCULT/UFF.....	60
4.3 As Dificuldades e a Importância da Bolsa de Mestrado na Minha Vida.....	63
4.4 Pensando e repensando o projeto e a atuação da pesquisa em campo em São Gonçalo (orientador João Domingues).....	63
REFERÊNCIAS [EM REVISÃO]	65

INTRODUÇÃO

Quando se inicia uma pesquisa? E um interesse de pesquisa? Comecei a analisar as questões raciais no âmbito escolar no curso de graduação em Pedagogia, iniciado em 2010, na Universidade Federal Fluminense. Durante o período de formação, participei do PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Programa de Extensão criado em 9 de agosto de 1995, na Faculdade de Educação da referida universidade, coordenado pela Dra. Iolanda de Oliveira. Foi então que passei a me interessar e a analisar como se transmitiam no âmbito escolar, manifestações de preconceito racial, perpetuando o racismo por meio de uma educação que se posicionava politicamente a favor das desigualdades sociais, ou, que pela ausência de políticas ou por um currículo oculto, acabava por manter processos de desigualdade.

Com os estudos e estágios no campo, percebi que o meio educacional é perpassado por muitos problemas que dificultarão a vida do negro dentro de uma sociedade que já construíra em suas raízes, um racismo estrutural. A escola então se tornava um dos meios institucionais que perpetuava, de acordo com a estrutura do seu currículo, o racismo. Entendendo que a escola é uma instituição que compõe esta estrutura, apontamos, de acordo com Silvio Almeida (2018):

Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos tornam-se sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências (ALMEIDA, 2018, p. 30).

Assumindo tal perspectiva, apontamos para o fato de a população afro-brasileira viver a realidade de estar em maior número nos piores setores sociais: nas cadeias; nas favelas; na evasão escolar; no não ingresso as universidades, como vítimas de violências diversas, entre outras tantas questões. Pesquisadores e intelectuais buscam com dados do Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) e do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, apontar os reais valores em números, da discrepância social.

A convivência com o racismo, com o preconceito racial, pela textura do cabelo, desde cedo fez parte da minha vida, mesmo no seio da família, onde o discurso do branqueamento estava sempre presente. Cresci ouvindo minha mãe reproduzir em mim coisas que ela ouvia da minha vó (casar com branco pra clarear a família, era um de seus bordões, diariamente), ambas impactadas por esta estrutura racista, onde a sociedade impunha padrões fenotípicos brancos. O livro *Tornar-*

se Negro foi uma leitura muito profunda e cara para mim. Me vi vivendo nas palavras de Neusa Santos Souza, na forte experiência de me buscar, em uma identidade branca, a ponto de viver emocionalmente abalada e frágil, com baixa auto-estima constante. Lembro que em muitas discussões sobre esta leitura na faculdade, fui muito interrogada por meu filho ser branco. Obviamente, nunca me questionei até então, mas não nego que possa existir uma explicação ou relação com a opressão que vivi em minha casa, no meu subconsciente. Romper esse discurso foi o que me fez querer ir além, pois nas palavras de Neusa Santos Souza, “[...] uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (SANTOS, 1982).

Outra leitura que me despertou para esse discurso, foi Kabengele Munanga em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (1999). Entender que a miscigenação não se deu de forma pacífica, não quer dizer que não havia romances verdadeiros entre negros e brancos, porém, não é essa a única realidade, pois tal miscigenação aconteceu com estupros de mulheres negras, com a própria e perversa opressão para que seus maridos “salvem sua descendência”, democracia racial por muitos anos enaltecida e aclamada. Segundo o raciocínio de Munanga:

O que significaria ser “branco”, ser “negro”, ser “amarelo” e ser “mestiço” ou “homem de cor”? Para o senso comum, estas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se, de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico (MUNANGA, 1999, p. 18).

Sendo assim, Munanga nos leva a questionar sob um olhar mais crítico e de forma política, a questão da miscigenação e como descrito acima, essa miscigenação que eu trago como experiência. Fazendo minhas as palavras de Neusa Santos Souza:

Aqui esta experiência é matéria prima. É ela que transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento. É ela que articula com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á num saber que – racional e emocionalmente – reivindico como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação (SOUZA, 1982, p. 18).

Na minha experiência escolar prévia no Ensino Fundamental, não foi possível construir uma reflexão crítica sobre a conscientização das questões raciais por falta de diálogos, leituras e uma gama de metodologias no currículo que não abrangia essas questões. O que trago são minhas memórias. Era muito normal o professor fazer “vista grossa” para piadinhas de cunho racista, homofóbico e religioso entre alunos. Até hoje escuto amigos antigos falando “eu sobrevivi” ou “hoje em dia tudo é racismo”, ou quando a ignorância começa com a frase: “na minha época não tinham essas frescuras”. E assim percebo que o caminho ainda é longo. Duas experiências foram marcantes em mim. Na terceira série havia uma menina com o mesmo nome que o meu, ela era negra, assim como eu, e todos os dias era caçoada pelos colegas, chamada de “galinha preta da macumba”. Em todas as “brincadeiras” ela parecia não se importar, era o que nos ensinavam: “*não cai na ‘pilha’, se não piora*”, e assim íamos para casa suportando essas questões. Outro fato é eu nunca lembrar-me de ter tido uma professora negra no ensino básico e, se pararmos para pensar, ainda é difícil, inclusive, essa representação nas mídias hegemônicas. O ideal de “professorinha carinhosa” era sempre da “branquinha”, “magrinha”, jovem e doce. Esse ideal com certeza foi uma invenção de uma sociedade onde a evasão de meninas negras nas escolas era alta, como ainda é.

Fui aprofundando minhas análises e leituras e assim construí meu objeto de pesquisa para a monografia intitulada “*Como se produz e reproduz o preconceito na escola*” dentro da minha formação em Pedagogia e relembrando a minha experiência na vida escolar. Desta maneira, fui analisando o processo de exclusão educacional do negro que começa dentro da escola.

Como estagiária na Escola Municipal Filadélfia, atuando no Projeto Mais Educação, de 2010 a 2012, e em diversas escolas municipais em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, busquei apresentar um plano de aula extracurricular que contemplasse o tema de acordo com a Lei 10.639/03 para debate dentro da sala de aula, percebendo e recebendo de maneira sempre gentil, uma hostilidade, principalmente quando se tratava de questões relacionadas às religiões de matriz africana.

Para quem não conhece, a Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Brasil. Esta questão sempre foi lembrada nas aulas de História apenas com o tema da escravidão negra africana, com pouco cunho político ou social, ocupando três ou menos folhas para o que os livros didáticos apresentavam como um mero fato. Por conta desta ausência, aqui pretendemos esboçar uma reflexão acerca da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas

as escolas, públicas e particulares, do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Para isso, juntamente com a universidade, grande produtora de conhecimento, se torna necessário a formação continuada do professor de ensino básico e de ensino superior.

Uma percepção sobre a importância da referida Lei e um exemplo que trago, é sobre a palavra Escravo. Como foi ensinado durante anos sem uma reflexão sobre a palavra escravo “o negro escravo”, por exemplo, que foi sempre atribuída de forma pejorativa para ofender os negros. Quando nos referimos, em sala de aula, ao escravo africano, nos equivocamos, pois ninguém é escravo – as pessoas foram e são escravizadas. O termo escravo, além de naturalizar essa condição às pessoas, ou seja, trazer a ideia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos, também possui um significado preconceituoso que foi sendo construído durante a história da humanidade. Além disso, nessa mesma visão, o negro africano aparece na condição de escravo submisso e passivo, sem uma real apresentação de todas suas lutas.

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. Sendo assim, como trabalhar com essa temática em sala de aula? Os livros didáticos já estão quase todos adaptados com o conteúdo da Lei 10.639/03, mas, como as ferramentas que os professores podem utilizar em sala de aula são múltiplas, podemos recorrer às iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas. O ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. O professor é a peça chave para que esse ensino contra o preconceito possa acontecer apesar de todas suas dificuldades na profissão.

Partindo destas experiências dentro da escola, e analisando o contexto social em que a escola está inserida (estados, municípios, bairros e comunidades), entendemos que a

territorialidade destes espaços consiste em observamos a realidade socioeconômica, onde as desigualdades socioterritoriais são utilizadas como forma de segregação. Tendo como pressuposto que os estudos territoriais se mostram cada vez mais importantes para os processos de transformações do espaço que refletem diferenciações não apenas de caráter político-econômico, as análises deixam de ser meramente geográficas para se tornarem sócio-econômicas, assim os espaços são visto partir da cultura local, mas, igualmente, de expressão simbólico-cultural, manifestadas, como por exemplo, os estudos dos territórios indígenas e quilombolas, que são analisados não apenas como espaços geográficos demarcados, mas realçando uma identidade territorial. O autor Rogério Haesbaert (2004), aponta que embora o território seja um conceito central para a Geografia, por referir-se as espacialidades humanas, é também investigado nas demais ciências.

Neste sentido, a segregação social tem cor, em sua maioria negra. Depois do dia 13 de maio de 1888, a população africana e afro-brasileira foi deixada à própria sorte (FERNANDES, 1965). Em nossa interpretação, a população negra foi segregada nos espaços, lugares e territórios do país de pouco ou nenhum desenvolvimento (FERNANDES, 1965; COSTA, 2008, 2002).

A territorialidade afro-brasileira, dentro desse contexto teórico, é fruto das dinâmicas históricas, culturais e sociais, que compõem o universo simbólico e material. As raízes da segregação racial no Brasil não é um tema recente, porém nas últimas décadas têm aumentado o número de pesquisadores interessados em levantar outra versão da história da diáspora africana, iniciada por uma dispersão forçada. Como nos conta Chimamanda Adichieem sua escrita sobre “o perigo de uma única história”, uma ótima coisa a se aprender é observar, dos autores lidos, quantos eram negros, quantos eram europeus e quantos eram brasileiros. O trabalho intelectual do negro sobre sua história vem sendo muito bem produzido e representado por nós negros e negras, brasileiros ou não, como os já citados no nesta introdução – Kabengele Munanga, Neusa Santos e Sousa, Sílvio Almeida, e tantos e tantas outros e outras, como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, assim como autoras internacionais como bell hooks e Angela Davis, para citar alguns e algumas.

Assim com muitas lutas fomos e devemos continuar pela educação para aniquilar as dificuldades de inserção dos negros na estrutura da sociedade que se apresenta no decorrer do século XIX, com a introdução de medidas socioeconômicas e políticas que impediram que os negros escravizados, no percurso das revoltas, conflitos e abolição, se tornassem proprietários,

frequentadores de instituições de ensino e protagonistas do espaço e do território brasileiro, sendo empurrado para as margens dos territórios urbanos. Assim,

A marginalização sócio-econômica do negro já se tornava evidente no final do século XIX através da sistemática exclusão do elemento de cor pelas instituições (escolas, fábricas etc.) que possibilitaria a sua qualificação como força de trabalho compatível com as exigências do mercado urbano. Essa ‘desqualificação’ não era puramente tecnológica (isto é, não se limitava ao simples saber técnico), mas também *cultural*: os costumes, os modelos de comportamento, a religião e a própria cor da pele foram significados como *handcaps* negativos para os negros pelo processo socializante do capital industrial. Era natural, portanto, que as pessoas de cor do Rio de Janeiro reforçassem as suas próprias formas de sociabilidade e os padrões culturais transmitidos principalmente pelas instituições religiosas negras, que atravessaram incólumes séculos de escravidão (SODRÉ, 1998, p. 13-14).

Com essas imposições culturais e institucionais colocadas ao longo da história até os dias atuais, as desigualdades e a distância socioeconômica e política entre brancos e negros não pararam. Entre leis criadas para reprimir as atividades culturais como o samba, a capoeira as atividades religiosas sendo criminalizadas, resultando em benefícios materiais e simbólicos para a maioria da população branca, e de outro lado, a falta de oportunidades e o quadro da subalternidade socioeconômica e política da população negra.

Sendo assim, o conceito de territorialidade está vinculado à cultura afro-brasileira, aos rituais de trabalho, rituais cotidianos e de sobrevivência, às vivências contadas oralmente de geração para geração, hábitos alimentares, costumes. Em síntese, a territorialidade está diretamente vinculada ao modo como os negros fazem o uso e manejo do território, isso nos leva a uma abordagem sistêmica das políticas educacionais. Como cita Almicar Araújo Pereira em uma entrevista com o militante do movimento negro Hédio Silva Júnior:

Hédio Silva Júnior, militante do movimento negro em São Paulo desde o início da década de 1980, é bastante significativo para entendermos o processo de construção da Lei n.º 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas do país. Essa construção foi possível, em grande medida, graças às articulações estabelecidas, especialmente a partir dos anos 1980, entre setores do movimento negro brasileiro e as diferentes instâncias e/ou organizações do Estado nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como deste com partidos políticos e organizações da sociedade civil (PEREIRA, 2017, p. 15).

Aqui se aponta como surgiram as lutas dos movimentos negros, que tinham em conta não apenas as políticas públicas formuladas a partir do Estado e suas práticas legislativas, mas

igualmente a revolução cultural do negro também fora do ambiente escolar através das mídias, dentro do conceito de mídia definido por Muniz Sodré como “um instrumento de direcionamento ou de criação de subjetividades no homem” (SODRÉ, 2006, p. 70).

Importante afirmar que as mudanças na educação do negro começaram a partir das lutas dos movimentos negros como a Frente Negra Brasileira criada em 1931, o Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias Nascimento, em 1944. Estes movimentos lutaram contra a discriminação racial na sociedade, e criaram meios educacionais alternativos de alfabetização de pessoas negras excluídas do processo institucional por dificuldades sociais e preconceito. As mudanças sociais foram expectativas dos vários grupos que, compondo a rede complexa de uma sociedade excludente em relação ao negro, de fora do âmbito escolar já mantinham territórios de resistência e impuseram para o Estado suas demandas e seus conflitos educacionais. Esses movimentos conseguiram reforçar a identidade étnica e influenciaram partidos políticos na criação de legislação, resgatando memórias, valores e tradições, iniciando um processo de revisão crítica da história, analisando e revisando a literatura brasileira, ressaltando a importância dos negros para a construção do país e sua cultura, assim como iniciou uma crítica profunda do mito da democracia racial.

Um intelectual como Oliveira Vianna, seguidor do escritor Joseph Arthur de Gobineau e adepto de sua ideologia, cujo pensamento consistia em que o território brasileiro era “sem futuro”, pois a quantidade dos povos mestiços (não brancos) era imensa. As ideias de Gobineau influenciaram pensadores e escritores brasileiros e seu livro *Essai sur l'inégalité des races humaines (Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas)* ficou conhecido como a bíblia do racismo moderno. Na época, Vianna era um intelectual de peso no Brasil e um percusor do Pensamento Social Brasileiro. Tais teorias fortemente difundidas apresentavam a questão do negro como um problema para a construção de um perfil social brasileiro, desenvolvendo inúmeros artigos e resenhas com argumentos pejorativos e diminutivos, desqualificando a colaboração da população africana e afro-brasileira para a construção da nação.

Como cada vez mais os movimentos negros lutam na esfera política, cultural, entidades instituidoras privadas, Estatal com seus agentes políticos em prol da valorização da cultura negra, vem aumentando a criação de leis no âmbito da educação para implementação dessas políticas pedagógicas. As mesmas requerem que as instituições produtoras de conhecimento, como a universidade pública, coletivamente, junto com a sociedade e outras instituições, atendam às

demandas da Lei 10.639/03 e 11.645/08, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da presença do tema História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena.

O conhecimento epistemológico é uma criação de toda humanidade que anseia por uma nova visão de mundo, diferente das fragmentadas e hierarquizadas. Uma visão que não pode mais ser compreendida como objeto de domínio, poder ou controle social. Isso implica na criação de uma nova visão sobre a produção do conhecimento de toda humanidade ao longo da história, na formação dos profissionais de educação básica e universitária, e nos coloca desafios por estarmos atualmente em meio a uma pandemia¹. Esse tema ainda ganha destaque na mídia e nos jornais, e questões como ações afirmativas, debates sobre raça e racismo no contexto escolar e um ambiente conservador, trazem a esta pesquisa uma maior relevância no cenário educacional atual, em que muitos docentes fazem parte da luta que expressa uma realidade das desigualdades sociais no país, e se colocam nas lutas antirracistas. Todos esses aspectos manifestam em comum a busca por reformas educacionais, inovadoras que promova a igualdade e a cidadania plena dos negros.

Nesse sentido, meu intuito com esta pesquisa, era analisar os caminhos que estão sendo percorrido para a implementação da Lei 10.639/03 nas escolas de rede municipais, principalmente naquelas que tenho maior contato pela prática profissional e por ser mãe de um estudante da rede – a rede municipal de educação de São Gonçalo, e hoje, a de Duque de Caxias.

Pretendia analisar os obstáculos criados, na política ao longo da História recente do Brasil, para solucionar um dos problemas socioculturais mais significativos e perversos que atravessam as relações na sociedade: o preconceito e a discriminação racial relativo a negros e negras, assim como a culturas africanas. Minha intenção era fortalecer as ações pela democracia e igualdade já desencadeada no cotidiano escolar, e incentivar novas ações, onde ainda não foram iniciadas atividades de ensino, correspondentes as orientações do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Pela complexidade da tarefa sócio-cultural-educativa, vinha buscar junto ao Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense e as Secretárias de Educação de São Gonçalo e Duque de Caxias, construir coletivamente nosso propósito, e concluir uma dissertação que venha cumprir nosso compromisso político frente à promoção da qualidade, igualdade e democracia na educação brasileira.

Coloco no passado, pois, ao longo da pesquisa, entre os anos de 2019 e 2021, o mundo mudou, e, particularmente, minha vida mudou junto com o mundo. Passei o ano de 2019 desenvolvendo a pesquisa da dissertação no município de São Gonçalo, neste caso, me aproximando do campo e fazendo as disciplinas obrigatórias do Programa. Na virada de 2019 para 2020, passei em um concurso para o município de Duque de Caxias. Fui chamada, precisei mudar de município, matricular meu filho no mesmo município, deixei de ser bolsista e mudei de orientação. Tudo em meio a uma pandemia mundial, iniciada em dezembro de 2019 e que chega ao Brasil em março de 2020. Dois terços dessa pesquisa foram realizados em isolamento, em outro município, com um filho entrando na pré-adolescência e ambos, ele e eu, em processo de adaptação escolar. Ele como estudante e eu como professora. E a pesquisa toma outro rumo e muda radicalmente a partir daí. Neste sentido, a pesquisa tem um antes e um depois: um antes com uma fundamentação teórica que me guia e com objetivos geral e específicos que estiveram comigo durante o campo, e um depois, quando me situo politicamente como uma pesquisadora-professora implicada no campo, como professora da rede que busca a implementação da Lei 10639/2003, mãe de estudante da mesma rede e pesquisadora.

Fundamentação Teórica

Ao longo da graduação li autores como Carlos Moore, que tem desenvolvido trabalho sobre os aspectos culturais africanos, que infelizmente ainda é visto de forma preconceituosa. O modo como se trata a cultura negra no país, muitas vezes traz marcas de violência e subvalorização. Porém, esta forma de ver estas expressões culturais pode ser transformada a partir de uma educação para diversidade cultural. Entendemos que por todas as expressões culturais africanas, perpassam a experiência de exploração sexual, de marginalização, de exclusão, por essa população ser empurrada desde a colonização às posições sociais de maior precariedade. A respeito disto, Moore afirma:

O discurso e a prática do racismo se inserem nas estruturas do chamado Estado democrático de Direito, perpassando as plataformas dos partidos políticos de direita e esquerda, e orientando os estereótipos vinculados pela grande indústria de massa audiovisual, que, por sua vez, alimenta o imaginário e a linguagem popular (MOORE, 2007, p. 30).

No estudo de campo é possível analisar de maneira mais detalhada o microssocial, o cotidiano dos territórios por onde fluem os movimentos culturais africanos, o planejamento e a

aplicação das políticas culturais e pedagógicas. É provável que as grandes conquistas de ações afirmativas não estejam surtindo o efeito desejado de reverter a situação da população negra, por se desviar ou até mesmo empacar nos obstáculos sociais políticos que envolvem todos os que vivem sob o sistema de ensino brasileiro. Acreditamos no espaço escolar como potencialmente adequado para trabalhar os preconceitos raciais, e buscar a valorização de diferentes modos de se ver e de ver o mundo. Nas práticas culturais realizadas em espaço de resistência, se encontram diferentes conceitos de territórios e sua apropriação pelo ser humano, nas memórias do sujeito de todas as idades e culturas, na arquitetura dos espaços por onde circulam e perpassam seus tempos e expressões socioculturais. Aprofundaremos em questões sobre identidade negra e pertencimento cultural, partindo do pressuposto antropológico de que todo sujeito forma sua identidade a partir do grupo cultural ao qual está inserido e essa construção histórica está sempre passível de se ressignificar, recriar e transformar.

ANTES

Objetivo Geral

- Colaborar com a produção de pesquisas científicas que busque refletir sobre racismo na escola e a possibilidade de projetar uma educação que contemple a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nos currículos da educação formal para colaboração de uma formação continuada que tenha por objetivo uma educação emancipatória dos afro-brasileiros e para a reflexão e o desenvolvimento de pesquisa no campo educacional.

Objetivos Específicos

- Entender como o Centro de Pesquisa e Formação Paulo Freire (CPFPPF) busca trabalhar a Lei 10.639/03 dentro dos planos e projetos pedagógicos, e como isso reflete na formação continuada dos professores que atuam na rede;
- Relacionar as leituras com as entrevistas, para chegar a um resultado em que seja possível elaborar uma dissertação que discuta o processo de criação e implantação da lei 10.639/03;
- Pensar propostas de políticas de educação para a valorização da diversidade das culturas afro-brasileiras.

Metodologia

- A metodologia usada será qualitativa, visando não privilegiar uma única forma de procedimento metodológico para a concepção dos objetivos, calcando-se em procedimentos pedagógicos dialógico, construídos na interação entre as instituições (SMEDC, Escola de rede municipal e PPCULT/UFF) e sujeitos envolvidos;
- O local da pesquisa será a Secretaria de Educação de Duque de Caxias - RJ, de forma virtual por questão do isolamento social e a pandemia;
- Os sujeitos envolvidos com a pesquisa são os agentes que atuam na CPFPPF, professores da rede municipal que se envolvam com as questões relacionadas a lei 10.639/03 e a formação continuada.
- A coleta de informação sobre os espaços e seus indivíduos sociais se pautará em pesquisa de arquivos, fontes documentais, e entrevistas com funcionários sobre seus respectivos envolvimento com a elaboração de cursos e eventos educacionais que visem a fomentação da lei 10.639/03.
- As análises das informações serão elaboradas de forma descritiva em relatório.

Resultados Esperados

Espera-se que ao final da pesquisa, posamos esclarecer as indagações feitas inicialmente, desenvolvendo de forma significativa uma dissertação e que consigamos desenvolver novos meios para a promoção de uma valorização das diversidades culturais, meios esses de cunho educativo, e poder gerar pesquisa, dissertação e teorias que possam possibilitar a criação e aplicação de políticas de valorização cultural.

DEPOIS

A qualificação do meu projeto se deu em dezembro de 2020, em projeto escrito ao longo do mesmo ano, em meio a uma pandemia. No processo de mudança de orientação havíamos mudado o *locus* da pesquisa, deslocando a mesma para o município de Duque de Caxias, também região metropolitana do Rio de Janeiro. Como apontado, a mudança se deu por conta de um concurso público realizado por mim, no qual fui convocada. Desde o primeiro momento em que mudamos o território da pesquisa, começamos a rearticular a pesquisa, objetivando, neste processo,

tornar-me professora do município, implementar a Lei 10.639/2003 (e a Lei 11.645/2008) da maneira como havia sido ensinada na graduação, podendo então trabalhar com uma educação antirracista de maneira mais próxima, entendendo a dinâmica da escola e dos estudantes com os quais lidaria ao longo do ano. Ao mesmo tempo que me tornaria professora, estava me contruindo pesquisadora no mesmo município, na mesma secretaria.

Um primeiro movimento foi, efetivamente, tentar acompanhar as aulas de formação continuada nas Leis, oferecida pela própria secretaria. O objetivo era, naquele caso, entender como o curso de formação continuada nas referidas Leis havia sido montado, as premissas do projeto político pedagógico em parceria com o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEAB/UERJ). Todo curso remoto, processo de adaptação também remoto à minha própria sala de aula e turma, as exigências do Comitê de Ética com relação às pesquisas realizadas na secretaria, acabaram por impossibilitar que os objetivos iniciais fossem realizados. Neste sentido, como articulação da pesquisa, assim que o projeto foi aprovado no Comitê de Ética, comecei a organizar as entrevistas pretendidas, e assim, o olhar da e para a pesquisa se modificou, como verão ao longo do texto. Se em um primeiro momento entendia como, dentro de sala, minha formação de professora-pesquisadora se daria, agora, na prática, tinha possibilidades de entender como estes processos se dariam. E de aprender com eles.

METODOLOGIA

A metodologia usada será qualitativa de cunho exploratório descritivo e será realizada por meio de uma pesquisa de campo. O local da pesquisa será uma escola pública de ensino fundamental localizada em uma comunidade em São Gonçalo.

Os sujeitos envolvidos com a pesquisa são os alunos de Ensino Fundamental e Médio, e os agentes de territórios de profunda representação cultural, como: terreiros de candomblé, rodas de rima com *rap*; *hip-hop*; *funk*, roda de samba e quilombos.

A coleta de informação sobre os espaços e seus indivíduos sociais se pautará em descrição observativa, aplicação de questionários sobre seus respectivos envolvimento como agente produtor e reprodutores da cultura inserida, e sobre seus conceitos acadêmicos ou de senso comum sobre tal cultura. As análises das informações será elaborada de forma descritiva em relatório.

No que se refere aos sujeitos da pesquisa, é importante salientar que houve considerável delimitação, tendo em vista que não teria como fazer uma pesquisa tão ampla em tantos territórios com tantas pessoas envolvidas. Não tinha ideia do tamanho e das dificuldades de uma pesquisa de campo. E era muito mais do que os estágios que fiz nas disciplinas de PPP na graduação. Depois de muitas discussões, chegamos à conclusão que meu recorte seria a escola, onde eu já tinha muito contato, pela minha graduação, pelos meus estágios, e pelo fato de eu ter atuado em muitas escolas de São Gonçalo trabalhando no Programa mais Educação.

Nesse contexto, eu atuaria na escola pesquisando como era a abordagem da questão da Lei 10.639 no seu projeto político, na sala de aula como o professor desenvolve o ensino da cultura e da história dos africanos em seu planejamento para atender a esta lei, além de fazer um levantamento dos livros didáticos e paradidáticos, se era trabalhados durante os trabalhos, ou só em momentos de datas específicas.

Diante disso, apresento a seguir a transcrição de uma análise de campo que apresentei para meu orientador em Junho de 2019:

Eu li sobre o que eu quero buscar na escola e descobri que não inventei a roda. Busquei leituras que dialogam com meu objetivo de pesquisar a questão da aplicação da lei 10.639/03 e as ações afirmativas na escola na práxis de todo currículo escolar.

Li pesquisas feitas com um estudo de caso em Minas Gerais, decidi que meu campo

teria um recorte igual, um estudo de caso em uma escola em São Gonçalo. A grande questão é: como a escola se relaciona ou não, com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira?

Dentro do contexto educacional, a elaboração de políticas para questão racial, é atravessada por escolhas. Escolhas que se configuram em uma rede de políticas ideológicas e pedagógicas, é importante levar em consideração as escolhas feitas pelo professor que pode acionar o conservadorismo ou determinada ideologia subjetiva. Considerando isto, procuro entender, constatar os fatores que seriam determinantes para dificuldade do ensino das questões raciais pelo professor, o que poderia comprometer nosso compromisso com a justiça social. A proposta central da pesquisa é, examinar se, e de forma, programas governamentais, propostas e planos curriculares atendem às orientações da lei 10.639/03. Constatar se as omissões e lacunas relacionadas a História das resistências negras no Brasil, estão sendo revistas no planejamento do ensino do professor.

A convocação da prefeitura de duque de caxias novembro de 2019. Agora vai.

Uma grande surpresa abrir o meu e-mail e ver a convocação para entregar os documentos para assumir o cargo de professor em Duque de Caxias. Eu nunca ia imaginar que teria esta chance no mesmo concurso. A primeira e uma das maiores dificuldades foram fazer todos os exames. Sem dinheiro, pedi emprestado. E assim fui, muito feliz. No começo pensei que daria para poder morar em São Gonçalo e trabalhar em Caxias, logo vi que seria impossível. A viagem era cara, longa e cansativa. Então um novo desafio, mudar com um filho de 8 anos para um lugar novo, aonde eu nunca fui, não conhecia nada, nem ninguém. Nesses momentos sentimos medo.

A mudança para Duque de Caxias, reformulando os planos

Assumi em dezembro 2019, pensei que não fosse ter que frequentar a escola. Logo me informaram que eu participaria de um rodízio, onde eu teria que frequentar duas ou três vezes por semana. E o pior, informou que normalmente o primeiro salário só era pago três meses depois. Então não houve outro jeito, pedi muito dinheiro emprestado para as passagens dos meus dias, sempre chegava exausta, pois fazia o maior percurso, porque não conhecia os caminhos. Tive uma sorte, recebi no meu primeiro mês meu salário mais a metade. Aluguei uma quitinete próxima à

escola, sem nada, ainda não acreditava, vai que nada desse certo... Preferi não fazer toda mudança. Não imaginava nada sobre assumir um cargo público, só que era mais garantido de ser demitido.

Fui cumprindo meus dias, preenchendo diários ainda no papel, até então fáceis, mesmo sem ter trabalhado com a turma, só repetia o que aprendi na faculdade sobre cognição de escrita e leitura no 2º ano, sendo orientada pelos professores que conheciam os alunos durante o ano.

Então começou o ano de 2020, aí assumi uma turma de verdade. 17 crianças de 7 anos todos os dias. Planejamentos de aulas, trabalhos, xerox, livros, exercícios, deveres de casa, correção, atividade no quadro, e a bagunça. A pior parte era lidar com os pais, todos os dias com questões absurdas, cobranças de ensino fora do contexto curricular e o que me aborrecia muito, me julgando pelo meu estilo tatuado, com alargador e estilo rockeira. Todo dia a mesma pergunta: você é professora mesmo? Até de professores.

O começo de uma carreira

Aprendendo que há uma distância entre a teoria da academia e a prática do cotidiano no dia a dia. Aplicar conteúdos exige muito mais que dominar a teoria, lidar com a subjetividade de cada aluno, do corpo docente, da gestão escolar. A produção docente assume uma constante postura investigativa, essa prática se estende em um processo de formação continuada. Na prática, a profissão docente é excessivamente complexa. Nesse sentido entende-se que nenhuma formação acadêmica esgota a formação necessária para a atuação pedagógica. Enfatiza-se a necessidade e a relevância da formação continuada na prática pedagógica cotidiana, mediada pela teoria e pela constante reflexão do professor. A prática do professor-pesquisador como fruto de uma mudança de atitude...

A pandemia 2020

Comecei o ano de 2020 empolgada com o desafio que iria enfrentar como professora regente de uma turma. Os primeiros meses fluíram como imaginava nos estágios e na faculdade de pedagogia. Os desafios seriam os esperados: período probatório, domínio de turma, aplicar conteúdo, e fazeres da profissão. Porém o mundo foi afetado por uma crise de proporção pandêmica. Um vírus altamente contagioso atingiu um país após o outro, chegando ao Brasil. O

coronavírus mudou radicalmente a vida como conhecíamos, e passamos a pensar um novo normal. Enquanto escrevo minha dissertação e me refaço diante desse novo normal, os pesquisadores e todos vibram na esperança dos resultados positivos das vacinas desenvolvidas e aplicadas depois de longos debates políticos.

Durante o auge da pandemia, fronteiras internacionais se fecharam. As escolas suspenderam as aulas, os comércios fecharam, e só os serviços essenciais eram liberados mediante um forte regime de proteção orientado pela organização mundial de saúde. A população foi instruída a ficar em casa, surgindo assim fortes debates que puseram em evidências as desigualdades sociais econômicas. A Covid-19 tornou-se assunto predominante nos noticiários, e o distanciamento social e isolamento apontou problemas psíquicos emocionais nas pessoas, trazendo debates em torno da saúde mental. Profissionais de todas as áreas se reinventavam e buscavam estudar como a pandemia afetava segundo sua área de estudo, sociólogos, educadores, médicos, e os trabalhadores em geral. Opiniões do senso comum batiam de frente com estudos científicos, e as deficiências do governo pioravam a situação e os conflitos sociais no Brasil.

Diante disso, meus planos foram totalmente afetados. Os desafios agora eram outros totalmente diferentes do que eu esperava. E descobrir quais eram os desafios desse novo normal já era a maior questão. O isolamento veio quando eu já estava adaptada a sala de aula, em Março já foi decretado o fechamento da escola. Acompanhar os jornais era deprimente, o medo a preocupação e a ansiedade tomavam conta do sistema nervoso. A espera por orientação era cotidiana, a cada dia novas orientações do governo, da OMS, da secretaria de educação, e apesar de tantas orientações a sensação era que eu estava cada vez mais perdida e neurótica. A saúde mental foi abalada, depressão, angústia, sintomas horríveis e um mal estar que era causado pela solidão, estar longe da família, dos amigos de infância, de tudo, isolada em Duque de Caxias. E tudo de repente se tornou on-line, home office, a necessidade extrema da tecnologia para tudo. Aí outro grande desafio, refazer os projetos e aprender a dar aulas on-line, a estudar somente por ensino a distância, a viver on.

Reformulando de novo os planos

O curso EAD: diversidade étnico-racial no cotidiano escolar: a implantação da lei 10.639/03 e 11.645/08 formação continuada

Comecei o curso como uma proposta da minha orientadora de pesquisa, em 13 de julho de 2020. Eu já tinha estudado on-line e obtido dois certificados durante o ano de 2020 no auge da pandemia e do isolamento social. Participei como ouvinte no Festival do Conhecimento UFRJ – Universidade Viva realizado de 14 a 24 de julho de 2020, onde percebi a necessidade de manter o pensamento estabilizado sobre as questões da educação e da pandemia, o assunto era amplamente debatido. Diante dos desafios do novo normal este curso on-line debatia os futuros possíveis, pois entendíamos que a realidade jamais seria a mesma no pós-pandemia. O curso de extensão Vídeo aulas Sem Complicação: a Experiência Docente e o Potencial das Aulas Remotas, cadastrado, iniciado em 17/07/2020 e finalizado em 16/08/2020, foi uma realização da Empresa Municipal de Multimeios (MultiRio) em parceria com a Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (Redetec), Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-Rio) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Todos os professores do CIEP – 405 Santiago Dantas foi orientado a fazer, para adquirir uma formação continuada em tecnologia da educação. O curso consistia em ensinar a dar aulas on-line. Um curso elaborado mediante a grande dificuldade que todos os professores enfrentavam e colocavam em questão nas muitas reuniões que aconteceram entre a escola e a secretaria municipal de Duque de Caxias. Assim quando iniciei o curso, me envolvi com o aprendizado, com o conteúdo e me entusiasmei com a participação dos professores, entre eles com Walter Ramos, que era professor de informática do CIEP – 405 e tinha colaborado com todos os professores auxiliando com o ensino das aulas remotas, vindo a tornar-se diretor e ser entrevistado por mim depois.

O que era foco

Eu participei do curso como professora em processo de formação continuada e logo ficou entusiasmada com a bibliografia do curso sobre as questões da lei 10.639/03 e 11.645/08 que altera a anterior acrescentando os estudos sobre a cultura indígena; com os fóruns da página que eram espaços para trocar experiências, pensamentos, questões e debates com os demais cursistas; com as lives, que a cada semana trazia um convidado para os encontros virtuais, apresentando suas pesquisas e ampliando o debate, seguido de uma tarefa da semana de acordo com a live e os textos.

O desvio do foco

Empolguei-me tanto, me deslumbrei com as metodologias do curso, as discursões, os fóruns, os debates, os textos, que sai totalmente do foco de pesquisar como se elabora um curso on-line votado para formação continuada de professores. Ainda mais neste contexto de Pandemia.

A prática pedagógica, a tecnologia e o isolamento social

Há alguns anos os pesquisadores na área de educação já vêm abordando o tema da introdução das tecnologias da informática na educação, lembro-me que fazia uma matéria na faculdade na UFF com a Dr(a) Rejany Dominique¹ em que estudávamos esse tema abordando as questões sociais referentes ao tema, abordando as dificuldades econômicas sociais que geravam a exclusão digital.

Em um pequeno e singelo estudo histórico entendi que as experiências à distância desenvolveram-se com êxito a partir da segunda metade do século XIX, para atender às novas demandas da recente industrialização, porém, a partir das décadas de 1960 e 1970, é que um novo elemento foi adicionado às polêmicas que atravessam o processo de ensino-aprendizagem: a introdução de elementos tecnológicos (TV, vídeo e antena parabólica) visando articular a escola às transformações da sociedade contemporâneas, objetivando, inclusive, o repensar dos processos educacionais do papel da escola, do professor e do aluno, face às novas demandas que se impunham à escola na formação continuada.

A partir da década de 1980, o Ministro da educação (MEC) propõe os projetos EDUCOM, em 1983, e o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) em 1989, ambos destinados à introdução da informática na educação. Com isso, foram criados núcleos de informática educativa em vários estados brasileiros, com o objetivo de desenvolver um programa de formação de professores e, conseqüentemente, melhorar o processo de ensino e de aprendizagem (MORAES, 1993). Essa finalidade é resgatada na década de 1990, quando o MEC ratifica o desejo de trazer para escola os elementos tecnológicos, agora, através do Programa TV escola.

No âmbito das universidades, registra-se a experiência do Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e à Distância – BRASIL EAD – uma parceria MEC/Universidade Pública Brasileira, através de assinatura de convênio em Novembro de 1993, com o objetivo de implantar um sistema público de EAD, e mais recentemente um consórcio entre

essas universidades e o MEC criou a UNIREDE com o objetivo de desenvolverem, conjuntamente programas de educação à distância¹.

Os fundamentos legais que respaldam a Educação à distância no Brasil encontram-se entre outros, na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394 de 20/12/96 que, no seu artigo 80, diz que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de formação continuada. No decreto n.º 494, de 10/02/98, que regulamenta o artigo 80 da LDB, e na Portaria n.º 301 de 07/04/98, que estabelece procedimentos de credenciamento de instituições para oferta de cursos à distância, de graduação e de educação profissional tecnológica.

Passando por esta experiência na pandemia, onde a tecnologia se tornou essencial em todos os setores da sociedade, e analisando minhas dificuldades pessoais, lembrei-me de tudo que estudei nesse período com a Dr(a) Rejany Dominick na UFF, os debates em torno da importância do professor, de como o ensino a distância era uma estratégia do governo para diminuir custos com a educação em ambiente físico, e principalmente a falta desigualdade econômica que resultaria em prejudicar os que não tinham acesso as tecnologias ficariam excluídos dessa educação tecnológica. Eu me peguei vivendo a própria mudança, forçada a ser feita rapidamente pelas circunstâncias da pandemia, as tecnologias se tornaram a base de tudo, porém a educação através das tecnologias já era um debate de longos anos, e sempre esteve em pauta em andamento.

As aulas remotas e os cursos on-line

Em Março de 2020 uma das primeiras medida tomada por governos de todo o mundo no começo da pandemia de Covid-19, foi o fechamento das escolas. Eu estava começando a aprender sobre atuar em sala de aula como professora regente. E essa prática em sala de aula não era algo que eu poderia dominar apenas com as teorias. Tomando as pesquisas em educação como base, temos consciência da dificuldade que representa para o professor a análise, avaliação e melhora de seu próprio trabalho. Na tentativa de explicar o motivo dessas dificuldades, já se afirmou que, aos professores, o conhecimento teórico embasa uma necessidade de obter um título acadêmico, mas a prática na realidade das escolas públicas localizadas nas áreas de comunidade exige uma ação de acordo com a dinâmica local, na tentativa de aplicar os conteúdos curriculares

¹ Fonte – MEC – Secretaria de Educação a Distância – INEP – SEC.

exigidos pelo MEC.

Também já se afirmou que, em educação, as pesquisas não chegam a dar soluções práticas que solucionem os desafios do cotidiano, a meta da pesquisa em educação é colocar os dois tipos de conhecimento em favor um do outro: o do pesquisador da prática educativa e do professor que a desenvolve. Com minha recente experiência em sala de aula comecei a desenvolver mais questionamentos sobre o que é ser professor e ainda como as questões raciais realmente poderia ser aplicada nos currículos de acordo com a lei 10.639/03. A eficácia das políticas de promoção da igualdade racial, as pesquisas, e leis para educação antirracista, precisa mais que tudo, da atuação do professor na sala de aula.

Então quando eu começava a perceber essa prática na realidade, acontece o isolamento e surgem as questões em torno da educação. Como citei antes a pandemia acelerou subitamente o uso das tecnologias na educação. Aí percebi que minha dificuldade era que tinha que estar refletindo sobre minha prática constantemente. Em 28 de Abril de 2020, começamos a dar aulas remotas com um grupo no facebook.

O mestrado on-line

A saúde mental

Este é um tema muito mais difícil do que eu imaginava de escrever nestas linhas. Há várias formas de escrever sobre ele. Uma forma é começar pelos diagnósticos que os psicólogos abordaram na mídia e nos estudos científicos durante a pandemia. Foi um tema posto em questão de diversas maneiras, se tornou tema de série e filme nas mídias de entretenimento. Outras formas são as experiências comentadas pelas pessoas próxima a mim, em que todos sofreram em menor ou maior grau, não foram poucos os desabafos. Amigos, familiares e companheiros de profissão, sofremos transtornos emocionais fortes, acredito que não houve alguém que não tenha passado por alguma alteração de sentimento nesta pandemia. A diferença está em como cada um pode e lidou com essa dor. E lidar com o emocional não foi fácil para mim.

Analisando com uma visão mais ampla, não com a base epistemológica de um psicólogo, o objetivo é relatar minha experiência pessoal dentro desse contexto de mestrado e início da profissão docente em a recente posse na prefeitura de duque de Caxias. E principalmente como eu também recorri a este profissional no desespero de renunciar a tudo logo no período probatório e voltar pra São Gonçalo, de tão forte que foram as emoções, o sentimento de solidão,

as frustrações com a profissão, que se mostrava inédita nos desafios da dinâmica do cotidiano. As vidas de todos foram afetadas subitamente.

O isolamento não foi o mesmo para todos, nem todos puderam “parar” e “ficar em casa” essa foi uma das grandes polêmicas políticas nesse período tão complexo de se analisar. Nos meus estudos, sempre busquei trazer o emocional do sujeito negro. Talvez porque meu próprio psicológico tenha sido muito abalado com toda minha experiência.

O retorno e as adaptações para aulas remotas e semipresenciais

No começo de 2021 as reuniões via Zoom, WhatsApp, Meet eram intensas, longas e cheias de perguntas de professores com mais de 30 anos de carreira se sentido perdido em relação as novas organizações de trabalho. Eu mal sabia entender a questão para formular uma pergunta. Sem experiência em sala de aula nem em como funciona os processos burocráticos que exige o trabalho do professor, como: responder a secretaria, planejar o currículo, reuniões internas entre outras que varia de escola pra escola, tendo esta certa autonomia.

Vivemos um tempo de transição marcado por novas ações e interpretações que se materializaram nas aulas readaptadas para o novo normal. Tempos de crise, de solidão e medo, mas também de criatividade, e para mim a materialização de um desejo, o de lecionar. Meu enfoque mudou, já não dava mais para pensar teoricamente como na faculdade, era preciso aprender na prática a se adaptar as novas formas de dar aula na pandemia. Agora comecei a vivenciar diretamente o que é ser professor, e busquei conversar muito com os meus amigos e pedir muita ajuda. Os acontecimentos da sala de aula dentro do contexto pandêmico eram muito diferentes, mas os desafios do cotidiano eram os mesmos com o acréscimo dos novos desafios tecnológicos². A aula era sempre um acontecimento, com toda sua complexidade e surpresas, pois era feita de muito outros fatos, num coletivo que se anunciava a cada instante

A prática pedagógica as dificuldades do cotidiano

Depois de todo aprendizado rápido em como dar aulas on-line, não me tornei uma profissional em EAD, foi difícil ser aluna e mais difícil ainda dar aulas, pois ainda nem sabia dar aulas presencialmente, fui me fazendo e refazendo, fui imitando os professores experientes, e

² Para mim, as dificuldades eram a estrutura tecnológicas com aparelhos necessários para se readaptar, e a falta de recursos financeiros para adquirir um bom computador, câmera, até mesmo um ambiente bom para dar aulas on-line, pois fui morar em Duque de Caxias em uma quitinete.

pedindo e aceitando toda ajuda que precisava para seguir em frente, mesmo perdendo o rumo várias vezes. Se tudo já estava intenso e difícil, o retorno as aulas seria mais um grande desafio. Muitas reuniões on-line, muitas orientações e documentos oficiais para ler da secretaria de educação de Duque de Caxias. Eu fiquei perdida em relação a minha prática. Sempre quando eu achava que sabia que estava começando a entender, a “saber fazer”, acontecia uma nova mudança, e eu refazia de novo as ideias, os planos, por muitas vezes cansada só me deixei levar. Era desesperador se sentir perdida, e seguir ordens era mais fácil que pensar. Porém não faz parte da minha essência não questionar, tenho um espírito inquieto, pesquisar é minha forma de encontrar as respostas para minha própria existência, para tudo que vivi tudo que vivo e o que quero viver.

O retorno às aulas semipresenciais na escola exigiu muito planejamento. No começo, era por rodízio de alunos, para evitar a lotação que era comum na sala de aula, dezoito a vinte alunos para um professor, separam em grupos por cores, assim vinham no máximo sete alunos por dia. No começo vinham três até mesmo um, e muitos responsáveis perguntando no grupo do WhatsApp, os pais estavam desnorteados também. Muitos não se importaram com o retorno, não mandavam seus filhos, a evasão se tornou um problema para secretaria. Medidas como abrir a escola para alimentação, aulas on-line pelo zap, pegar apostila para casa, para quem não tinha acesso a internet, foram tomadas. Mesmo assim a evasão era maior, a ponto de a secretaria fazer vários levantamentos sobre os alunos matriculados, entrando em contato para chamar para participar de alguma forma.

Enquanto lidava com tantas burocracias em torno do retorno as aulas na escola, eu buscava concluir minha pesquisa de mestrado

A pesquisa de campo na secretaria reformulando outra vez o projeto de pesquisa para CPFPPF

Depois de trabalhar de diversas formas para encontrar um campo para pesquisa, um objeto de estudo. Cheguei a este projeto que apresentei ao CPFPPF Centro de pesquisa e formação continuada Paulo Freire (atual Sala Paulo Freire Centro de Referência de estudo e pesquisa em educação). O projeto retornou por três vezes com apontamentos onde eles pediam para eu adequar, pois entrava em contradição, por fim consegui carta com permissão para iniciar minha pesquisa em 9 de Julho de 2021.

As entrevistas como método de pesquisa, dificuldades e experiências conquistadas. Os prazos e o pensamento em adiar a formação de mestrado.

Lidar com prazos já era muito estressante como bolsista, ler os textos apressada, escrever artigos e resenhas com pressa, tirava minha capacidade de fazer o meu melhor. Eu que já tenho dificuldades com produção de escrita, sobre pressão então, eu bloqueava o raciocínio em que queria desenvolver. Isso em 2019, fazendo só o mestrado. Depois que fui convocada e assumi, ganhei muito mais responsabilidades. Mesmo com os prazos estendidos por causa da pandemia, eu ainda tinha que dar conta do recente trabalho como professora. Recebi uma proposta de dar aulas extras, assumir uma turma de 4º ano, que estava precisando urgente, e só tinha eu disponível. O diretor me convenceu de todas as formas, eu relutei, pois tinha medo de não conseguir e não conseguia focar no mestrado, nem com uma turma só. Foi aí que me sobrecarreguei, peguei uma turma difícil, muitas mudanças na metodologia para dar aulas vindas da secretaria municipal de educação, e muitos alunos que sofreram defasagem de ensino durante o ano de pandemia ficando em casa. A aprovação automática, a falta dos conteúdos, a falta do aprendizado era muito. Como eu ia trabalhar os conteúdos do 4º ano? Fui diretamente aos professores mais experientes, o que eles fizessem eu faria. Claro não exatamente igual, tinha que desenvolver minha própria maneira de ser professora, tinha que desenvolver soluções para os problemas que se apresentavam todos os dias.

A dificuldade em escrever a dissertação.

Escrever academicamente sempre foi uma tarefa muito difícil pra mim

O papel do erro na minha formação

Aqui gostaria de trazer o erro abordado mais como uma ideia de “ não deu certo” , não deu certo tanto quanto eu queria ou esperava, sempre penso que poderia ter feito mais e melhor, depois vou me vendo e percebendo pontos que não podia observar no momento.

A exaustão física e emocional diante dos fatos

Por aqui é quando o cérebro não processa mais nada, e tudo que o corpo e mente pede são as férias. Chegando aqui já secou muitos choros, e o processo de escrever é lento. Quanto mais escrevo menos parece que conto tudo que vivi e senti.

O apoio dos amigos de profissão e da universidade.

Chegar até aqui nunca teria sido possível sem ajuda que recebi no CPFPPF, da secretaria municipal de duque de Caxias. Do corpo docente do CIEP – 405 Santiago Dantas, que me abraçou na primeira matrícula, compreendendo minhas dificuldades pela falta de experiência, me orientando em tudo e me ensinando a ser professora na prática do cotidiano. Da minha orientadora e de todo corpo docente do PPCULT, dos amigos de mestrado que mesmo por meio da tecnologia permaneceram unidos e se dando força.

CAPÍTULO I
LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, DOS ANOS 1980 AOS ANOS 2000: A
CONSTITUIÇÃO DE 1988, A LDB DE 1996, CONFERÊNCIA DE DURBAN E A LEI
10639/2003

As culturas africanas e afrodiáspóricas têm resistido ao longo da sua história. No Brasil, todas as tentativas esquematizadas construídas propositalmente pelo sistema educacional que entendia o Brasil a partir de uma chave de identidade nacional, pelas políticas públicas e leis, que foram criadas diretamente e que inibiam a entender a sociedade a partir da chave de uma identidade étnico-racial e de entender sua própria negritude, podem ser vistas ainda no século XIX, como, por exemplo, a lei em que a capoeira era crime previsto pelo Código Penal.

CÓDIGO PENAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.
 DECRETO NÚMERO 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Capítulo XIII, Dos
 vadios e capoeiras.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordem, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal. Pena: de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Essa lei vigorou de 1889 a 1937 foi extinta somente em 1937, durante o Estado Novo, quando o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, passa a absorver e integrar as culturas negras sob a égide da mestiçagem e de uma suposta identidade nacional construída sob seu regime.

O racismo ficou tão enraizado na cultura nacional brasileira, que sua prática se estende desde gestos, piadas e práticas camufladas no cotidiano em todo ambiente social, quanto de formas escancaradas como em forma de leis, e na representação do negro nas mídias. Os estudos sobre questão raciais produzidos nos últimos anos, mostram o quanto o racismo está presente em toda estrutura social no Brasil. Segundo Sílvio Almeida

a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da
 ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as
 instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam
 mecanismo institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.
 (ALMEIDA, ANO, p. 30)

Com isso é preciso agir de dentro desta instituições, principalmentes nas que elaboram

a legislação, obtendo uma atuação política esquematizada para o combate do racismo na sociedade brasileira.

As ações afirmativas foram uma das medidas políticas conquistadas pela luta dos movimentos negros em prol de dirimir as desigualdades raciais e sociais historicamente construídas para as populações racializadas, aqui especificamente a população negra. A atuação educacional do movimento negro de dava pelo cultural, em 1988 se assinala a criação da Fundação Palmares. Assim são criadas órgãos no setor político com objetivo de combater a discriminação racial. O primeiro foi o CPDCN (Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, sendo um exemplo de articulação entre o movimento negro e o Estado. Com essa necessidade de pressionar as instituições, o movimento negro, na Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida, em 1995, teve maior aproximação reivindicando e apresentando propostas de políticas públicas para a população negra para o governo federal, principalmente para as instituições educacionais.

1.1 Política educacional: história e contexto

Entender políticas públicas e ações afirmativas, é analisar os inúmeros avanços ocorridos nos últimos anos, neste caso, enfatizo os avanços ocorridos no campo das políticas para as culturas afro-brasileiras e africanas no Brasil, no campo da gestão educacional. O maior desafio nas políticas de ações afirmativas é assegurar a continuidade das políticas públicas e sua efetivação na sociedade e garantir a participação dos gestores escolares e agentes de culturas na fomentação e viabilização através de um amplo debate.

O longo processo de escravização sofrido pelos africanos fora do seu continente de origem durou vários séculos, até o fim do tráfico negreiro para o Novo Mundo, no século XIX, africanos de diversas etnias foram capturados e trasladados para a Ásia, Europa e Américas. Trouxeram consigo nessa diáspora, suas crenças e suas culturas, mesmo que a própria ciência do século XVIII tenha tentado provar ao contrário, os negros possuíam um enorme intelectual laboral, ainda que longe de seu habitat natural, desenvolveram inúmeras formas de sobrevivência, resistência, reagrupamentos, e de educação dando origem em todo o mundo a uma miscigenação de culturas.

Quando pensamos em cultura, logo surgem diversas relações em nossa mente: a cultura

como belas artes (música, teatro, cinema, dança), modos de vida e costumes regionais ou nacionais, patrimônio histórico, material e imaterial (as lendas, o folclore, a culinária). Também vem à mente a ideia da pessoa culta: aquele indivíduo que detém amplo conhecimento sobre variados assuntos. Nesse ponto de vista o negro foi desvalorizado por muitas décadas no Brasil, tanto no ponto de vista físico como no intelectual, cultural e moral-dentro do sentido de moral cabe muita discussão em relação ao abuso dos corpos africanos pelos brasileiros de cunho sexual, muito na escravidão e em seguida na massa do senso comum através de uma extensa mídia.

1.2 Direito, cidadania e o direito a cultura e a história como políticas públicas.

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, redigida em 1948, concebe-se a cultura como um direito a ser preservado. Desse modo, observa-se que a cultura africana é discutida a nível supranacional, como pode ser visto na Conferência das Nações Unidas contra o racismo. Essa discussão mundial é essencial para a extensão do conhecimento da herança cultural que a África transmitiu ao mundo através da diáspora. Para que esse conhecimento possa despertar o reconhecimento das injustiças que foram causadas, assim entender e resolver questões que dizem respeito a vivência de grupos étnicos, possibilitando sua melhor qualidade de vida.

Houve também a realização de conferências e fóruns internacionais a respeito do tema, organizados pela UNESCO. Além disso, a ONU, no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, inclui o acesso à cultura como um importante indicador na avaliação da qualidade de vida das sociedades. O argumento aqui é que, tal como o acesso à educação, o acesso à cultura é essencial para diminuir as desigualdades em uma sociedade racista, assim como importante também para que a população se reconheça em sua diversidade étnico-racial. O acesso à cultura, à cultura afro-brasileira e sua interlocução com o acesso à educação e ao sistema de educação público e de qualidade, são pontos-chaves no processo de combate ao racismo.

Em âmbito nacional, a Constituição de 1988 afirma: *“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”*. Desse modo, todo cidadão brasileiro deve ter direito à cultura. Segundo João Barbosa Peixe no guia de orientação para os Estados (Dezembro de 2001).

O Sistema Nacional de Cultura é, sem dúvida mais eficaz para atender responder a esses desafios através de uma gestão articulada e compartilhada entre Estado e Sociedade, seja integrando os três níveis de governo para uma atuação pactuada, planejada e complementar, seja democratizando os processos decisórios Intra e Intergovernos e, principalmente, garantindo a participação da sociedade de forma permanente e institucionalizada.

A questão atual e de maior discussão, é: a cultura está disponível para quem? Será para aqueles com baixos recursos financeiros? Ou para cidades do interior fora dos grandes eixos de produção cultural? E os portadores de deficiência, conseguem visitar teatros, museus e centros históricos sem estrutura adaptada? E principalmente todas as formas culturais possuem seu espaço? Quem anda com o pé no “chão” da realidade das escolas públicas, nas periferias das cidades grandes, nos subúrbios, sabe que muitas vezes a resposta a essas questões é não. Se entendermos que, neste caso, estamos falando de parcelas menos brancas da sociedade, esta questão também se torna racial. Por essa razão, é primordial se falar em cidadania cultural e na democratização do acesso à cultura em todas as suas dimensões, sem preconceitos.

Neste trabalho foco na Lei 10.639/03 por que a escola é reconhecida como meio estratégico de intervenção nas ações sociais dos indivíduos, sendo assim uma educação voltada para mudar o pensamento racista acarretaria em mudanças sócias econômicas, nas palavras de Freire (1979: 84): "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo", mas propositalmente há grupos sem interesse em perder seus privilégios, então a educação se torna uma disputa política e ideológica dos grupos sociais, sendo um dos principais campos para a elaboração de leis frutos de processos de embates e disputas de grupos organizados da sociedade

A partir das análises do currículo escolar, questionou-se o planejamento do trabalho pedagógico, e a necessidade da inclusão de conteúdos de História e cultura afro-brasileira e africana. Então por que é preciso que haja garantias institucionais nessa área? Ou seja, qual a necessidade de leis e políticas públicas para a cultura africana e afro-brasileira nas escolas?

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que é a sociedade que produz cultura. Dentro do conceito de *politics*, a ação do sujeito, do agente e dos movimentos sociais nas mudanças de paradigmas na cultura e no processo de criação e divulgação da cultura. O Estado possui outro papel, o papel da *policy*, o de estabelecer mecanismos de preservação e incentivo cultural, políticas voltadas por conta de iniciativa intencional dos governos e por conta das reivindicações sociais. Dentro das *policy* as normas jurídicas, nesse contexto, é um mero fenômeno de fetichismo jurídico. Serve apenas para circunscrever o funcionamento adequado da categoria sujeito de direito,

explicitando como ele surge, se desenvolve, desaparece e adquire seus direitos e obrigações. O direito, dentro do processo políticos, será chamado a intervir sempre que alguma relação entre sujeitos, por se desviar do funcionamento da legislação, ameaçar a ordem estabelecida. As práticas culturais africanas têm que buscar legitimar seu direito a praticá-las.

1.3 A cultura afro-brasileira

Tendo a religião como forte meio de perpetuação das práticas culturais africanas, podemos observar com as representações culturais do negro, entrecruzadas com as concepções de cidadania, educação e direitos humanos, produzem meios não formais de transmissão cultural. Através das lutas contra uma prática pedagógica-cultural de relação de poder, os povos africanos e descendentes criam uma identidade com diferenças específicas, implicadas na criação de uma Cultura de resistência.

Os estudos culturais têm como marca a articulação da teorização e da prática políticas engajadas com as lutas sociais das comunidades destituídas social e economicamente, com vistas à intervenção política por mudanças sociais no campo dos estudos, em que pesem suas diferenças internas, oferece um debate instigante e promissor a partir das propostas teóricas e políticas que demarcam o posicionamento de estudiosos e intelectuais neles inseridos, que colocam em questão a prática dominante de escrever a história dos grupos “subjugados”. Os estudos culturais abrem pistas para se compreender o jogo das relações de poder, questionam sobre quem pode produzir e como podem distribuir o conhecimento e fazem uma abordagem crítica da forma como operam as estratégias do saber dominante euro-americano.

Nesse campo de estudo, a cultura passa a ser entendida “tanto como uma forma de vida abrangendo ideias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder quanto toda uma gama de práticas culturais”. Nesse sentido, a importância de se criar uma estratégia nacional para a valorização e os estudos das histórias da cultura afro-brasileira e africana, visa reconhecer a participação forte na contribuição das culturas africanas em todos os meios culturais nacionais e a subjugação e opressão dessas por longas décadas.

É por meio do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham seu lugar na teoria curricular. Nesse sentido Luciano de Souza Cruz (2012) afirma:

O texto curricular, (o livro didático e o para didático as lições, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas comemorativas) estão repletos de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmando o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas.

Sendo assim, os estatutos culturais têm como marca a articulação da teorização e da prática política engajadas com as lutas sociais das comunidades destituídas social e economicamente, com vistas a intervenção políticas por mudanças sociais. Esse campo de estudos, em que pesem as diferenças culturais globais, oferece um debate intenso e promissora partir das propostas metodológicas de prática das políticas culturais no campo da educação. Estas demarcam os posicionamentos ideológicos do processo democrático político no Brasil e no Mundo. Nada garante que as leis de cultura a favor das culturas afro-brasileiras venham ser efetivadas com total êxito, porém é preciso estar sempre buscando criá-las e fiscalizar sua aplicação na sociedade. A luta é intensa, inesgotável e infinita. Tendo em vistas que os processos de mudanças sociais são constantes.

Como chegamos a Lei 1639/2003 e posteriormente a Lei 10645/2003?

Aqui trago algumas questões:

Foram inúmeras as conquistas dos movimentos negros no século XX, principalmente as ações implantadas ao longo dos últimos trinta anos de combate ao racismo e a discriminação racial. Dentre elas, talvez as mais visíveis sejam as demandas e as conquistas pela educação dos afrodescendentes. Segundo Silva (2003, p. 227), “a educação formal e a preparação profissional foram sempre perseguidas pelos negros organizados, em diferentes épocas”. Nesse sentido, podemos sistematizar alguns exemplos da relação entre movimentos negros e educação:

- Alfabetização e Educação para jovens e adultos: desde a Frente Negra Brasileira, passando pelo Teatro Experimental do Negro, a alfabetização e a educação de jovens e adultos era uma prioridade. Especificamente em relação ao TEN, Jeruse Romão (2005) ressaltará que o objetivo não era apenas o da escolarização: incorporou-se ao projeto do TEN a perspectiva e a conscientização do negro em vários aspectos, o educativo, o político e o de inserção no mercado de trabalho.
- Currículo Escolar e Livros Didáticos: em relação aos currículos escolares, o movimento apontava uma ausência de conteúdos que contemplassem a Cultura afro-brasileira e a História dos povos africanos. Sueli Carneiro (2002) resalta que até

houve algumas iniciativas nesse sentido, mas esbarraram na falta de formação docente para tratar de questões étnicas e raciais dentro de sala de aula.

E hoje?

Podemos estabelecer nesse sentido, algumas conquistas sobre essas questões: Em 2003, a publicação da Lei número 10.639 tornou obrigatório o ensino da História da África e dos Afro-brasileiros no Ensino Fundamental e Médio e Educação quilombola. Em 2008 a referida Lei foi substituída pela Lei 11645/2008, que inclui no Ensino Básico, Cultura e História Indígena.

Apesar de todo processo de avanços dos Movimentos Negros e Indígenas, politicamente hoje percebemos um processo de retrocesso.

CAPÍTULO II

POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA, COMO SE CONSTRÓIUMA LEI E COMO ELA É IMPLEMENTADA

Para falar sobre o desenvolvimento psicológico do indivíduo negro, aponto brevemente as relações étnico-raciais e o desenvolvimento dos estudos interdisciplinares, e como se deu esse processo, em relação a subjetividade do negro.

Desenvolvendo um questionamento sobre os estudos do indivíduo e sua subjetividade dentro da área de psicologia, que historicamente, não tem levado em consideração as relações étnico-raciais na sociedade e tal interferência no processo de construção da identidade negra, em seus estudos científicos.

Ao se aproximar dos estudos sobre narrar a pessoa, fica lançada com clareza a crítica histórica sobre o sujeito negro não ter o lugar de fala sobre si mesmo. E de que forma, retirasse direito se torna um esquema terrivelmente desumano, para subjugar toda a história de um povo, o povo africano. E para que um tipo de ideia de identidade e cultura seja posta como superior a outra forma de pensar cultura e subjetividade.

Com os crescentes debates no campo político sobre as relações étnico-raciais, e um processo midiático apoiando as transformações dessas relações com o “empoderamento” negro, a mobilização midiática tem se voltado para valorização do estereótipo negro, e a construção de um psicológico auto afirmado. Porém é importante entender a historiografia, que, segundo Gabriel Aladrén (2010, p. 71) “é o conhecimento produzido por historiadores sobre o passado”, para identificar como se transforma um pensamento social. Isso, lógico, não acontece em pouco tempo, nem sem muitas tensões entre grupos, é preciso conhecer estes processos, para encontrar o nosso “eu” para alcançarmos o autoconhecimento em relação as interações com o “outro” no mundo, e qual vai ser nossas afinidades enquanto grupo social.

É importante enfatizar uma pesquisa histórica, e Gabriel Aldrén (2010, p. 71) deixa isso de forma clara e objetiva quando diz:

Conhecer os estudos daqueles que escreveram história antes de nós e o processo por meio do qual a produziram possibilita a identificação de elementos comuns aos intelectuais e pesquisadores de um determinado tempo, suas questões e as tensões ideológicas, políticas e institucionais nas quais estiveram imiscuídos.

Sendo assim, a identidade enquanto processo de relação entre negros e brancos ao

longo da história, resulta em um processo inacabado de conhecimento de si em relação ao negro com o “outro” branco, gerando conflito de inferioridade, baixo-estima e hierarquias sociais econômicas baseadas na cor da pele.

Pesquisas feitas pelo IBGE têm mostrado o quanto a cor da pele é em maioria negra, nos casos de situações de vulnerabilidade social. Para chegarmos à conclusão de uma vida social em situação de miséria, devemos voltar e analisar outros dados. Os dados de base, os dados da educação. O censo do IBGE/2010 indica que a educação infantil possui uma taxa de atendimento de 10,3% entre brancos e de 8,9% entre negros. As taxas de frequência à creche e à escola dos diferentes segmentos raciais indicam que 84,5% de crianças negras e 79,3% de crianças brancas não frequentavam a creche em 2008. A diferença do percentual de frequência entre crianças negras e brancas é reduzida: 5,2% (PNDA, 2008, *apud* IPEA, 2010), porém, 84,5% das crianças negras de 0 a 3 não dispõem de creche (BENTO, 2012). Esses números revelam o tamanho dos desafios que se apresentam para a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais.

Dentro de todo contexto histórico que explica a situação social brasileira do negro, desde a diáspora africana, é preciso definir para além dos processos sociais de relação econômica, como se deu o processo de manipulação do próprio negro para sua inferiorização subjetiva introjetada no psíquico.

Concordando com Alessandro de Oliveira dos Santos e Saulo Luders Fernandes (2016, p. 259)

[...] ao definir como objeto de investigação um eu psicológico em convergência apenas com a cultura e racionalidade de base eurocêntrica, a psicologia contribuiu para impor ao outro, diferente do europeu, um único modelo possível de identificar-se e construir um eu psicológico, apontando para um caminho de conhecimento de si que toma como norma o padrão branco europeu, ora almejando, ora negando suas características.

Ao longo da história, pesquisadores, principalmente os franceses, intelectuais nos séculos XVIII e XIX documentaram suas equivocadas ideias sobre a diversidade humana. Janaína Damaceno em seu texto *“O corpo do outro. Construções raciais e imagens do controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotetonte”*, relata muito bem como a representação do negro, do corpo negro foi elaborada por cientistas brancos europeus nesses séculos. O caso de uma jovem *khoi-san* sul-africana. Nascida em 1789, ganha destaque nos estudos de Janaína Damaceno, por ela ser sequestrada e exibida publicamente como um “espetáculo” e tomada como referência para ciência de Georges Cuvier, um cientista que segundo Lilia Schwarcz (1993) protocolou o termo

raça na ciência moderna.

Tomando como base esse conhecimento histórico que levou a construção, por muitos anos de um sentimento de inferioridade e de não pertencimento, tais teorias científicas enraizadas e difundidas na sociedade brasileira, é responsável pelo acometimento á saúde psíquica da população negra.

Enquanto a educação infantil trabalha a construção de identidade da criança de 4 a 6 anos, baseada em um currículo eurocêntrico, a criança negra introjeta ideias e padrões sociais de estética e comportamento, em que muitas vezes não condiz com sua relação cultural familiar ou de seu contexto social. Assim segundo Ferreira (2002) *apud* SANTOS, Alessandro de Oliveira e FERNANDO, Saulo Lurders (2016, p. 264).

[...] denomina de branqueamento, ou tentativa de tornar-se branco, que levado ao extremo pode gerar tal angústia e cisão do eu, por não conseguir satisfazer um ideal de ego branco introjetado, que o mesmo passa a expressar sentimentos de culpa e frustração, que podem derivar em comportamentos como autodepreciação, narcotização, impotência, automutilação, depressão e até suicídio.

Mais que uma explicação sobre como só uma etnia dentre todas se torna a mais prejudicada em toda história da humanidade, este artigo e acredito todos os trabalhos acadêmicos voltados para o tema, se tornam um meio de defesa. Em tais obras intelectuais, podemos encontrar muitos traços do que podemos entender como luta e resistência física e mental: a busca da diferença; a recuperação do passado sem traços de inferioridade de uma história contada por um branco cheio de ideologia de dominação. De acordo com Conceição Evaristo (1996, p. 86):

[...] vemos, pois, a literatura negra buscar modos de enunciação positivos na descrição desse corpo negro. A identidade racial vai ser afirmada em cantos de louvor e orgulho étnico, chocando-se com o olhar negativo e com a estereotipia que é feita sobre o mundo e as coisas negras.

A mesma mídia que, nos dias atuais projeta em seus meios tecnológicos de informações e entretenimento o empoderamento negro, foi por muitos anos responsáveis pela representação de um negro estereotipado, com seus corpos sensualizados e/ou marginalizados. Diversos exemplos em novelas, filmes e até desenhos animados, mostram a retratação de um negro em posição de inferioridade, sempre como o pobre, a doméstica, o bandido, o malandro.

Dentro deste contexto social, está sendo questionada a reflexão na área de conhecimento da psicologia, em relação a importância da abordagem étnico-racial no contexto

clínico e institucional. Em uma entrevista feita com Kabengele Munanga no ano de 2000, ele questiona os psicólogos brasileiros “qual é a explicação dessa ausência e desssesilêncio, da área da psicologia, sobre um tema que toca a vida de mais de 60 milhões de brasileiro de descendência africana?” (Entrevista com Kabengele Munanga, *Revista Psicologia e Sociedade*, 12, (1/2): 5-7, jan./dez. 2000).

A pergunta feita a Kabengele Munanga por Ciampa³, demonstra a preocupação com a produção científica, e a preocupação dessa área da psicologia com a questão racial. A resposta de Kabengele retrata de forma específica a situação. Segundo ele:

A resposta, creio eu, deveria resultar de uma pesquisa entre psicólogos e psicanalistas brasileiros renomados. Teria o mito da democraci racial brasileira contribuído, direta ou indiretamente, para essa indiferença da Psicologia brasileira, seja em relação aos problemas psíquicos resultantes da desumanização do negro, seja em relação aos mecanismos de pressão psicológica que o levaram a introjetar os mitos de superioridade “branca” e de inferioridade “negra”? Seria o fato de, como nos dizem, o psíquico e o inconsciente não terem cor, que provocaria a diluição da especificidade psicológica do negro num psiquismo universal abstrato e que, conseqüentemente, desviaria a atenção dos psicólogos nacionais sobre o negro? São apenas indagações intuitivas sobre as quais podemos especular, mas que só podem ter sustentação quando corroboradas por pesquisas com os psicólogos brasileiros.

Costumo dizer que o preconceito racial, como todas as formas de preconceito, é semelhante a um *iceberg*. Analiticamente, a parte visível do *iceberg* corresponde às manifestações dos preconceitos, tais como as práticas de discriminação, segregação e exclusões, que podemos observar e inventariar. Manifestações essas que podem ser estudadas, analisadas e interpretadas pelas ferramentas das disciplinas sociais como a Sociologia e a Antropologia, bem como pela História e outras ciências humanas. A parte submersa do *iceberg* é a mais profunda e a mais difícil de estudar. Ela corresponde, analogamente, aos preconceitos não manifestados, presentes invisivelmente na cabeça das pessoas, e às conseqüências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas. Os desajustados e perturbados mentais, vítimas do preconceito e da discriminação racial, mereceriam a atenção de uma ciência psicológica, tanto no plano individual sob o olhar de uma psicologia clínica, como no plano coletivo sob o olhar de uma psicologia social.

Uma psicologia que não é pensada a partir de considerações feitas de acordo com a

³ CIAMPA, Antônio da Costa: Psicólogo, formado em 1968 pela PUC-SP. Na mesma universidade, concluiu mestrado em 1977 e o doutorado, também em psicologia social, em 1986. Iniciou sua carreira no magistério superior como professor de Psicologia Social na PUC-SP em 1986, onde permanece até hoje como professor associado.

etnia, dentro do nosso contexto social de lutas raciais, deixa de levar em conta esse processode embates sociais e como isso afeta o desenvolvimento psicológico. De acordo com Regina Marques de Souza Oliveira (2016, p. 283)

A criança negra enquanto bebê humano é igualmente portadora destas condições mentais. No entanto, ela está fazendo leituras sobre sua etnicidade, seu lugar no mundo, na medida em que lê o contexto de sua mãe. E esta mãe não é necessariamente a mãe natural, mas a mãe que cuida do bebê a qual pode ser o pai, a avó, a madrinha, a tia, enfim. E nesse âmbito o bebê negro, inaugurado em sua cultura comunitária africana, está fortemente capaz de observar este nível de singularidade ambiental que é o interjogode sua constituição psíquica.

Com isso, entendemos que o negro não é prejudicado apenas de forma econômica, e, de forma muito mais grave ainda, foi sua saúde mental, sua autoestima, sua subjetividade e a construção de sua identidade foram por muito anos torturadas.

A desvalorização da memória na construção da subjetividade no corpo negro, não se limita só a uma área ou um tema, ela está em todo o complexo da construção da sociedade, por mais que este assunto esteja em evidência, vale lembrar que ao longo da história muitas foram as lutas dos movimentos negros pelas pautas e reivindicações em muitos países, principalmente no âmbito da educação.

A educação diante da questão do reconhecimento das diferenças e da luta contra o racismo, num mundo globalizado, em que as tendências homogeneizantes impulsionadas pela economia do mercado, tornam cada vez mais pessoas em objetos, valorizam cada vez mais objetos que pessoas. No racismo a moda brasileira, em que existe racismo, fatos racista, e os dados e pesquisas comprovam a realidade racista do Brasil, a questão nunca será apenas local, desde a diáspora, o mundo discute o a subjetividade negra, o corpo negro, a economia africana, e tudo mais que se relaciona a raça negra, de uma forma pejorativa, como venho dizendo, tirando o direito de falar e de ser ouvido dessa etnia, pelo capital, pela tecnologia e pela comunicação arrastam e marginalizaram os corpos negros.

Chimamanda Ngozi Adichie nasceu em Enugu, 15 de setembro de 1977 e é uma feminista e escritora nigeriana. Ela é reconhecida como uma das mais importantes jovens autoras anglófonas de sucesso, atraindo uma nova geração de leitores de literatura africana. Nos conta em suas declarações que nossas vidas, nossas culturas, são compostas de muitas histórias sobrepostas. A romancista Chimamanda Adichie conta a história de como ela encontrou sua autêntica voz cultural – e adverte que, se ouvirmos apenas uma única história sobre outra pessoa ou país, corremos

o risco de um mal-entendido crítico. Contando sobre sua experiência de cursar a universidade nos Estados Unidos que sempre achou, como nigeriana, que era impossível relacionar-se com um lugar ou uma pessoa sem relacionar-se com todas as histórias daquele lugar. Para Chimamanda esta é a consequência de uma única história: ela rouba das pessoas sua dignidade. E essa é a história contada por muitos anos nas escolas brasileiras, a versão do europeu sobre a África e sobre o africano.

Felizmente, apesar de tanta subjugação, crescem paradoxalmente, quase na contra mão reivindicações identitárias que querem definir ou serem definidos pela etnia, raça, religião afrodescendente.

No texto de Maria da Graça Souza Horn: *Anotações e reflexões acerca da estética como marca da cultura*, procura-se trazer estes conceitos para dentro da educação infantil na perspectiva de, parafraseando-a, na educação infantil significa educar as emoções pela razão, pela cultura, pelo meio no qual a criança está inserida. Sendo assim, o espaço escolaré esteticamente construído de acordo com a cultura da sociedade, e a criança se reconhecerá dentro de uma cultura, que para ela é o belo, pois seus olhos são direcionados a essa percepção.

Educar a criança a partir desta múltipla linguagem cultural é tornar este ambiente gerador de cultura, da própria cultura infantil que é um reflexo do pensamento da sociedade. Dentro desse parâmetro de pensamento, fica a concepção de que a construção de identidade infantil está se formando nesse espaço pré-escolar, a criança negra precisa se sentir representada, nos cartazes das paredes, nos livros didáticos, nas falas dos professores de forma positiva e significativa, não apenas em atos de datas comemorativas folclóricas sobre a África, mas sim no cotidiano naturalmente. Nesse sentido o corpo discente é responsável por tais atitudes diárias, segundo Hannah Arendt (*Apud* Maria das Graças Souza Horn)

As sociedades decidem, conscientemente ou não, qual proposta de educação que defendem paracriação das novas gerações. Isto é, nós os adultos pensamos e viabilizamos as experiências educativas que irão se constituir patamar inicial para inserção das crianças no mundo, dando prioridade àqueles aspectos que são considerados na cultura humana os principais para serem transmitidos nas diferentes idades.

Ao mesmo tempo em que a literatura africana fornece, e os recentes trabalhos de pesquisa sobre uma nova perspectiva da África, nos fornece elementos significativos para a compreensão das tendências mais recentes da produção teórica na sociedade contemporânea.É preciso um cuidado enorme para viabilizar e aplicar essa nova produção teórica, e principalmente

vigiar para que não aconteça um retrocesso. Nesse sentido, temos em andamento dois terrenos concretos nesse debate: o terreno jurídico e o da educação, pois o espírito e a organização de uma sociedade se manifestam mais claramente nas regras jurídicas e nos programas de educação.

A trajetória política atual no Brasil, acompanhando os aspectos mais firmes das políticas de ações afirmativas, expressa a estreita relação entre um conjunto de necessidade que as lutas de classes construíram sob determinadas condições históricas, que se expressou fortemente na educação.

Trata-se, portanto da necessidade de articular o empoderamento negro nas mídias, os programas de educação e as políticas de reparação, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas.

A resposta às exigências desse conjunto de pessoas, em situação de inferiorização racial – que dependendo da educação oferecida pelo Estado dentre outros fatores sociais, é responsável pela miséria econômica dessa etnia – vem das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando à reparação, reconhecimento e valorização da cultura e da história dos negros brasileiros dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para é também uma determinação para sua condição d pobreza, miséria e de dificuldade aos progressos materiais acessíveis para um sujeito branco – está na representação do negro por si. Para Patrícia Hill Collins (p. 61)“O lugar de fala precisa chamar à atenção do ponto de vista, e do ponto de partida”. A ideia de lugar de fala, se torna concreta na resposta para as perguntas: Falar a partir de onde? De que classe social? Qual formação discursiva? Serei ouvido? Cada vez mais é preciso, nesse sentido, da educação se tornar qualificada para construir efetivamente uma sociedade menos desigual e racista. Reinterpretar todas as contradições inerentes ao processo de dominação cultural, os malefícios da colonização foram escancarados com o aumento das produções acadêmicas para educação etnico-racias, enquanto o mundo assistia a tentativa de Portugal de manter a ferro e fogo suas colônias. Tudo está há 131 anos, e em matéria de História é muito recente. Está próximo demais para que possamos esquecer e, também, e muito mais próximo para que possamos lembrar. Há três décadas os trabalhos acadêmicos sobre o negro abordavam escravidão, com poucas exceções, preocupava-se predominantemente em estudar temas como tráfico, a transição do trabalho escravo para o livre, a escravidão como sistema econômico. Em geral, o escravo era visto apenas como mercadoria, ou como vítima passiva de estruturas sócio-econômicas.

O que principalmente mudou, com os historiadores sociais da escravidão, foi a visão que se tinha do papel do escravo na história. Ele se tornou um agente ativo de sua história, não só quando se rebelava, mas na construção cotidiana de estratégias de sobrevivências e resistência no interior do sistema. Embora não acordasse e dormisse pensando em maneiras de resistir, até porque não tinha forças para tal, o negro escravizado lutou no dia a dia uma guerra cotidiana, invisível aos jornais, mas não ineficiente. O negro era agente de sua história mesmo sendo colocado como mercadoria; ele evitou sua “coisificação”.

Sendo possível o resgate de sua própria história, e a contar dela a partir do olhar negro, novas bases educativas surgirão para outra história.

CAPÍTULO III

PENSANDO AS EXPERIÊNCIAS ATUAIS DE PANDEMIA, E O NOVO NORMAL EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO E AS QUESTÕES RACIAIS EM DUQUE DE CAXIAS.

A formação continuada dos professores que atuam nas escolas públicas na educação básica é um tema de destaque com muita relevância no cenário educacional atual, onde o novo normal levou a desenvolver bruscamente novas articulações sobre metodologias de investigação em educação. Isto implicou em uma mudança urgente para se adequar as nessecidades de ensino dos conteúdos curriculares na sala de aula.

Este tema expôs amplamente os estudos epistemológicos científicos das análises dos problemas sociais raciais que já existiam, porém, foram muito mais expostos nas universidades, na realidade das vivências do cotidiano escolar, na realidade de vida das pessoas com baixa situação de renda financeira, em sua maioria negra, e na mídia durante as situações sociais reais que tinham que ser vivenciadas pelos negros em situação econômica difícil, moradores de comunidades. Com as medidas emergenciais econômicas utilizada pelos atuais governos durante a pandemia mundial, que na maioria das vezes não alcançavam as necessidades básicas dos mais necessitados.

No âmbito escolar, é preciso perceber e demonstrar os efeitos que o desenvolvimento tecnológico tem sobre o processo educacional e a importância do papel do professor como mediador, articulador, e desenvolvedor dos trabalhos que ganham uma nova inserção de metodologias tecnológicas no cotidiano das escolas.

A formação dos professores da rede pública de educação proporciona o aprendizado de novas estratégias para orientar seus alunos no uso de redes virtuais. Não se devemos pensar que o uso de uma tecnologia avançada pode tirar dos professores a oportunidades de vivenciar, criar uma observação mais crítica para superar os desafios das dificuldades da realidade cotidiana do ensino básico.

A minha participação e a dos demais professores da rede municipal de Duque de Caxias no curso EAD Diversidade Étnico-Racial no Cotidiano Escolar: a implementação das leis 10.639/03 e 11. 645/08 proporcionou ampliar minha rede de diálogos com professores muito mais experientes nas práticas na sala de aula, desenvolvendo uma visão mais ampla de dificuldades reais, e possibilidades reais de atuação utilizando as teorias.

Entrando em contato com novas epistemologias, é preciso rever toda epistemologia produzida a partir do eurocentrismo e reproduzida em nossas escolas através dos currículos que

ratificam a visão da subalternidade dos povos nativos e da população negra em oposição a valorização e contribuição da cultura européia.

Uma visão decolonial parte não só da reestruturação do currículo, formação continuada para o professor que aborde as questões raciais e da importante alteração feita LDB de 1996, no Artigo 26-A em 2003, mas também da disposição dos discentes e de todo corpos no ambiente escolar. Precisamos refletir sobre a utilização de novos materiais que apresente epistemologias e atividades pedagógicas estruturada a partir de uma pedagogia decolonial.

Metodologias e tecnologias, ampliando nossa prática docente de forma inovadora, interdisciplinar, desenvolvendo iniciativas que contribuam para a superação do preconceito cultural racial e cultural no processo de ensino-aprendizagem.

Aqui eu quero analisar toda minha pesquisa em campo, é importante pensar na construção das minhas ideias através de todo o processo, que começou em uma escola municipal em São Gonçalo, longe do contexto de uma pandemia.

Ao iniciar o mestrado, em 2019, não imaginava a rica oportunidade de ser convocada em um concurso que prestei para Duque de Caxias. Depois de dois anos formada, longe das salas de aula e da escola, retomar todos os ensinamentos e o sonho de lecionar me fez transbordar em emoções. Não poderia seguir outro caminho nos meus estudos junto com o PPCULT/UFF, que não fosse as epistemologias sobre as questões raciais, sobre o negro na sociedade brasileira e sua educação. Começando uma carreira no serviço público e com a pesquisa de campo em andamento junto a secretaria municipal de educação de São Gonçalo, era preciso repensar novos caminhos e conexões entre minha pesquisa na escola municipal João Cabral de Mello Neto, e a escola que assumi como professora em Duque de Caxias, CIEP 405 Santiago Dantas.

Sabia que não seria fácil, nem simples, e a conexão seria a educação, a lei 10.639/03 e as relações etnico-raciais afro-brasileiras. A princípio, pensei em relacionar em um estudo de campo, o que já estava em andamento em São Gonçalo e o que iniciaria como professora no município de Duque de Caxias. Esses eram os desafios para minha pesquisa de mestrado até o começo de 2020, com os tristes fatos causados pela pandemia mundial do vírus da Covid-19.

Os conflitos sociais que se apresentaram por causa da pandemia, trouxeram a tona muitos outros pontos e questões sobre o negro na sociedade brasileira, sobre a educação para a promoção da igualdade racial e sobre a desigualdade social entre negros e brancos.

Como professora da rede municipal de Duque de Caxias, vivenciei a realidade que o

isolamento social apresentou para a educação, sempre observando principalmente as dificuldades que surgia para as crianças em vulnerabilidade social econômica. As principais foram o acesso as tecnologias para acompanhar as aulas *on-line*. Muitas crianças deixaram de participar das aulas remotas. Nesse contexto o sistema de ensino brasileiro não levou em consideração as diferenças sociais e regionais, aplicando leis nacionais para tentar manter o funcionamento das escolas públicas. Resultando em grandes evasões.

Durante os anos de 2020 e 2021 surgiram constantes mudanças na sociedade e na educação, para se estabelecer um novo normal.

Estas questões mostraram o quanto ainda é necessário pesquisar para encontrar as respostas para solucionar tais desigualdades. E estas experiências que vivenciei não poderiam estar fora dos diários de pesquisa, sendo descritas a partir de uma perspectiva crítica, e com um olhar de quem vivenciou como ser humano o caos político e econômico social, em que o negro, dentro da estrutura da sociedade sofre as maiores consequências. Nada mais seria como era antes, redirecionar a pesquisa, encontrar o elo entre os fatos, tudo seria um novo e complexo desafio, era preciso muitas e muitas vezes reescrever, se perder, revisar todos os acontecimentos para continuar sempre. Desistir foi uma sombra de pensamento que muitas vezes se fez presente, bloqueando o sol da força de muitas lutas pra chegar até aqui.

Como em toda a história, as lutas não são ganhas da noite para dia, nem sozinha. A abolição foi uma consequência de muitas lutas e rebeliões dos negros escravizados, e com participação de pessoas brancas. A história foi por muitos anos distorcida, eurocentrizada, exaltando uma lei, a Lei Áurea, carta de alforria cedida pela princesa Isabel, herdeira da monarquia. Então pensando a história, encontrei o rumo da minha pesquisa com a orientação de uma amiga, Ana Paula Alves Ribeiro, e de amigos da turma de mestrado e todo o corpo docente do PPCULT/UFF, com ajuda psicológica de força em meio aos medos de uma eminente perda de saúde mental. Com a ajuda de todos e agora contando com ajuda da SME e do departamento CPFPPF, espero seguir com a pesquisa, agora voltada para a lei 10.639/03 e a SME junto com o CPFPPF, as dificuldades de aplicação dessa lei, os desafios de levar a educação para promoção da igualdade racial as escola, uma luta de muitos, docentes, funcionários da CPFPPF, gestores, e minha luta.

Quando eu falo que me perdi no meu contexto, é porque estou vivenciando essa experiência de ser professora em Duque de Caxias, e toda vez que eu me pego escrevendo eu me

pego falando uma mistura das coisas que eu leio sobre pesquisa em educação, um livro um artigo, o conteúdo das aulas EAD do curso de formação continuada *on-line*, como aluna e como professora em processo de formação continuada. Como aluna eu também esperava aprender, dar continuidade, por isso quando eu fiz o curso eu tirei o foco da pesquisa e me entreguei como aluna, depois nas entrevistas eu tentei repor o foco que era pra ter no curso como pesquisadora tentando dar uma base pra minha dissertação, para as questões raciais e a lei e como ela é abordada na CPFPPF, na secretaria municipal de Duque de Caxias.

Quando eu fui revisar tudo, principalmente sobre o que escrevi ou refleti da formação continuada do professor, que seria um dos objetivos da minha pesquisa, me peguei lembrando o que vivenciei nos últimos anos, após assumir a matrícula em Caxias. Tive problemas de adaptação no trabalho, mudei de casa de novo pela terceira vez em um ano, fiquei imersa nas papeladas e anotações e com as referências bibliográficas. Acompanhei os e-mails pedindo a marcação da defesa, sofri muito de ansiedade. Mudou a direção da escola, a diretora me chamou pra conversar sobre o problema do período probatório, e minha atuação como professora na escola porque fiquei doente e faltei três dias, sofrendo de ansiedade e acredito que sobrecarga, em período probatório, dando aulas extra e cursando o mestrado. Entre o ser professora e o ser pesquisadora, ficou no meio do caminho a questão da intimidade, de estar com as crianças que eu lecionava fora do espaço escolar. Ser professora, ser vizinha, estar muito perto nesse período não foi necessariamente um ponto positivo. Uma experiência do meu cotidiano na minha vida profissional, difícil fazer o mestrado e focar na carreira, o que me pega é pegar essa experiência que estou vivendo e escrever e ter fôlego para mergulhar na bibliografia. Gosto muito, o que estou vivenciando, como professora, pesquisadora, tudo que estudei na graduação, tudo que eu escrevi na minha monografia sobre as questões raciais perpassarem o ambiente escolar eu estou vivendo tudo e estou aprendendo na marra no cotidiano. Meu brilho no olho, que temos quando a gente sai da faculdade, as atividades por exemplo da mês de novembro, dia da consciência negra, tenho uma turma de 4º ano e uma de 2º ano, quando eu fazia estágio, lembro que desenvolvia trabalhos maravilhosos nas escolas e ia embora, tinha um amor, agora como profesora regente minha tem um cotidiano e uma vivência que vai na direção contrária de tudo que foi planejado e até mesmo idealizado na graduação. Neste sentido, o capítulo 3 é um relato e um diálogo com a secretaria municipal de educação e as maneiras como os profissionais que lá atuam conseguem, até que ponto, implementar as leis e driblar o cotidiano escolar da forma como ele se apresenta.

3.1 A realização das minhas atividades, meu cronograma, o que foi feito e quais dificuldades se apresentaram durante o processo.

Comecei estudando as bibliografias para me preparar para entrevistas. A autora Miriam Goldenberg, do livro *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*, trouxe um norte inicial e contribuição metodológica, que foi minha base para as primeiras anotações e planejamento.

Seguiram-se as entrevistas, depois de três retornos da solicitação do meu projeto de pesquisa, a carta saiu dia 9 de Julho de 2021, depois se seguiram dificuldades com horários para entrevistas e o não retorno dos convites para entrevistas dos membros do CPFPPF (atual Sala Paulo Freire – Centro de Referência e Estudos em Pesquisa e Formação).

Foram feitas três colegas/professores da Secretaria Municipal de Educação – Duque de Caxias: com Walter Ramos, que no momento assume o cargo de diretor do CIEP 405, foi aluno do curso EAD – Diversidade Étnico-Racial no Cotidiano Escolar: A implementação da lei 10.639/03 e 11.645/08, e foi o primeiro entrevistado formalmente na data de 29 de Julho de 2021, seguindo do professor da rede municipal de Duque de Caxias, Vinicius Pereira, na data de 10 de Agosto de 2021 – um dos professores a estar à frente da coordenação do curso, logo em seguida a diretora do CPFPPF Glacione Ribeiro da Silva, na data de 18 de Agosto de 2021.

Walter Ramos, 29 de Julho de 2021.

O primeiro entrevistado, o diretor do CIEP 405, Walter Ramos tinha sido muito importante nas informações que eu precisava. Sempre me direcionava sobretudo em Caxias, por que não conhecia nada, nem ninguém, quando me encontrei sem campo e e que acompanhar o curso, entendi que fazer entrevistas no CPFPPF seria o ideal, mas não sabia nada nem sobre a Secretaria Municipal de Educação. Então conversava muito com meus amigos da escola, o Walter, o professor Jorge Luiz Lourenço da rede Municipal de Caxias e o professor Adão Cláudio. Entendo isso como uma pesquisa de campo, eu planejava a conversa, fazia muitas perguntas sobre o trabalho pedagógico e a lei 10.639/03, a questão racial no planejamento curricular, Walter até imprimiu o PPP do CIEP 405 Santiago Dantas em Duque de Caxias.

As entrevistas são sempre por curto período de tempo, com muitas informações. Tenho também o relatório do dia em que conheci a equipe da SME na realização das olimpíadas de férias no CIEP – 405 Santiago Dantas na data de 29 de Julho de 2021. Na festa de encerramento das

olimpíadas, estavam presentes e fui apresentada pelo Walter à Secretária de Educação Roseli Duarte, a Subsecretária de Administração Sônia Pegoral e a subsecretária pedagógica Myrian Medeiros. Em uma roda no meio do pátio conversei com as secretárias sobre minha pesquisa e minha recente aprovação para pesquisar na CPFPF, perguntando sobre uma possível entrevista com elas para a pesquisa. Elas me indicavam procurar os professores Glacione Ribeiro, Vinícius Pereira entre outros nomes. Fui entendendo o que li na bibliografia, sobre o recorte/seleção de pessoas que realmente tinham o conhecimento necessário para satisfazer minhas necessidades. Quem eu devia entrevistar? Parece uma pergunta simples, mas que não era. Como o que devo perguntar? Elaborar o questionário com as perguntas certas e entrevistar as pessoas eram o desafio de uma entrevista, depois o desafio era fazer a entrevista, virtual, horários anotações, foco no questionário. Relendo as anotações para incorporá-las na dissertação, surgiu uma dificuldade que, mesmo lendo bibliografias, uma dissertação que trabalha com entrevistas e as dificuldades usuais de uma pesquisa.

Como em toda pesquisa, estabelecer relações com os entrevistados e confiança para interlocução é um dos momentos mais cruciais. Um primeiro movimento feito foi uma conversa que tive na sala da direção da unidade que eu trabalho. Os conselhos das secretárias sobre quem procurar para a entrevista, depois de me ouvirem apresentar minha intenção pesquisa, foi que eu devia procurar os agentes que atuam no órgão CPFPF da secretaria municipal de educação.

Lemos junto o questionário, nesse momento deixei de lado nossa relação anterior, todas as conversas e foquei ao máximo no questionário, para obtê-lo como respostas para dissertação, a conversa foi na sala da direção depois da festa, nada gravado, só minhas anotações de suas respostas, não achei recursos lá para gravar, e naquele momento o celular não era uma possibilidade. Estávamos ali com aquele único tempo antes de voltar às aulas, pensei: vamos anotar é o único jeito, só temos fotos, aí falei que quando escrevesse daria pra ele ler para concordar com o que foi escrito e assim seguir com o TCL, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Vinícius Pereira e Glacione Ribeiro foram entrevistados pelo Meet pelo meu e-mail, os horários estão no e-mail que foram trocados e nos contatos pelo *zap* para entrarmos na sala, todos corridos, Vinícius às cinco da tarde eu chegando do trabalho, ele tendo compromisso para aulas noturnas, Glacione Ribeiro consegui as 11 horas da manhã. Entre as minhas aulas do turno da manhã e da tarde, e trabalho dela, que está presente na secretária.

Bom, seguiu a leitura das quatro perguntas:

1. Como você descreve a abordagem da questão racial na SME?
2. É inevitável não abordar a mesma questão, mediante a perspectiva do momento atual de pandemia e todas as transformações que foram necessárias na sociedade. Como você descreve essas mudanças dentro da SME?
3. A sala virtual da CPFPPF oferece uma nova realidade de formação continuada, em parcerias com instituições de educação. Como você pode descrever a relação entre a formação virtual do professor e a realidade das aulas atualmente, semipresencial?
4. Levando em consideração as mudanças repentinas e bruscas, onde o professor tem que se adaptar rapidamente, e por em questão a importância de também buscar novos meios de superar as dificuldades sociais na realidade de seu aluno para elaborar uma educação antirracista, quais são as principais dificuldades para a CPFPPF e equipe elaborar uma qualificação que trabalhe a lei 10.639/03?

Primeira entrevista, a dinâmica foi pensada, mas tudo se repensa dependendo de cada ação que aconteça no momento da própria entrevista. Surge uma conversa, nessa conversa outras questões, a relação pra se estabelecer na hora, gaguejar faz parte, sorrir de nervoso, ficar sem entender certas respostas, medo de ultrapassar, perder o foco, não ter uma boa postura como entrevistadora. Segui à risca as leituras sobre entrevistas, sobre como fazer entrevista. Com Walter, começamos com a terceira questão, pensei em uma conexão na experiência em comum que tínhamos, comecei pondo isso em evidência, professores da rede, e fizemos o curso oferecido pela CPFPPF e o professor Vinícius, que ele já conhecia pessoalmente. Perguntei a ele sobre a relação dele com o CPFPPF e como foi o curso que fez, a resposta é seu histórico, sua bagagem profissional como professor de informática, antes de ingressar em escola e trabalhar na sala de informática, de ser professor, são anos de experiência (tem o relato de uma vida) vou pontuar na ordem em que ouvi cada ponto se estende mais em detalhes.

- A experiência em informática;
- A informática e a educação/trabalho na escola;
- Ser professor de informática e enfrentar uma pandemia onde tudo se baseou na comunicação *on-line*, as aulas remotas em que ensinou a muitos professores a usar

o grupo no *Facebook* para dar aulas, foi fundamental na criação de grupos no *Facebook/Whatsapp*/orientação para os professores;

- Sua segunda graduação em pedagogia e sua crítica a falta de lógica na aplicação das obras/pensamentos/metodologias de Paulo Freire na educação básica, alfabetização de crianças, que as mesmas não têm conceito de mundo, para poder entender (fiquei sem entender a resposta, mas anotei, pensando em colocar nas notas de rodapé os métodos de Paulo Freire de alfabetização);
- Uma longa conversa sobre o conceito de hipertexto e o pensamento linear;
- No curso ele constrói um pensamento crítico e questiona o preconceito sobre os tons de cor negra, que vai se tornando mais forte de acordo com a tonalidade mais intensa da pele negra;
- O professor Walter utiliza do termo de hipertexto para relacionar o aprendizado na educação sobre as questões raciais;
- Assim vai fazendo *links* com outros tipos de racismo, como o racismo reverso (aprendi a não gerar debates, nas leituras, então só fiquei ouvindo explicar o pensamento dele e fui anotando da melhor forma possível).

Vinícius Oliveira Pereira, 10 de Agosto de 2021.

Informações obtidas pelo site Escavador⁴:

Graduação em Pedagogia (2013) e Mestrado em Educação (2016) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente cursa o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição (ProPed – UERJ). Atua como pesquisador no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ (NEAB/UERJ), professor da Rede Municipal de Duque de Caxias e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ) e tutor à distância da disciplina Questões Étnicas e de Gênero, do curso de Pedagogia à distância da UERJ/CECERJ/CEDERJ. Tem como áreas de interesse: cultura afro-brasileira, com foco em capoeira; relações étnico-raciais e educação; patrimônio imaterial; museus; memórias e narrativas afro-brasileiras; educação

⁴ O site Escavador foi acionado e serviu como fonte de pesquisa durante o tempo que a plataforma de currículos Lattes ficou fora do ar ou se mostrou instável, durante o ano de 2021.

patrimonial.

Informações obtidas através da pesquisa:

Atua como professor da educação básica na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias (RJ) é graduado em pedagogia e mestre em educação. Perguntei ao Vinícius como foi a elaboração do curso EAD diversidade Étnico-Racial no Cotidiano Escolar: A implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Sua resposta foi que coordena junto com uma equipe de professores a elaboração de cursos com as questões raciais na CPFPF, junto com a equipe elabora a metodologia, as propostas dos fóruns, a escolha da bibliografia para estudo, e a proposta de atividades para o *feedback* com os professores da Rede Municipal de Duque de Caxias que participam do curso. O Curso “Diversidade Étnico-Racial no Cotidiano Escolar” foi produzido a partir de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A entrevista com Vinicius foi cheia de informações, de início pensei em tudo que eu devia fazer durante o curso *on-line* e não fiz. Entender como se elabora uma disciplina *on-line* de formação continuada que trabalhe a lei 10.639/03. Então pensei nas perguntas que poderia fazer e não fiz, fui aluna do curso, não estabeleci uma relação com Vinicius de pesquisadora, era o que eu estava querendo fazer na entrevista. Não conhecia o histórico acadêmico e profissional de Vinicius, com o Lattes fora do ar recorri ao escavador. Repassando minhas anotações, percebi que só eu não conhecia ninguém, meus entrevistados se conheciam entre si, e muitas informações foram dadas um do outro, assim percebi uma conexão em que eu ainda estava tentando penetrar com minha pesquisa. Durante a entrevista com Walter Ramos, ele me apresentou a um artigo dele “A potencialidade da literatura como prática pedagógica antirracista: um estudo de casos”. Na tentativa de conhecer melhor meu entrevistado li seu trabalho e me identifiquei com os autores de sua bibliografia, Djamila Ribeiro (20219), entre outros, boa parte da conversa girou em torno desse trabalho.

- Projeto literário baseado no livro *Felicidade não tem cor* do autor Júlio Emílio Braz;
- Vinícius Pereira trabalha o livro, promovendo atividades no ambiente escolar, em um estudo de caso na escola.

Essas são algumas das pontuações em que me detive na conversa sobre o artigo de

Vinícius Pereira, depois de pensar e reler minhas anotações sobre o período de 2020 em que fiz o curso EAD on-line pelo CPFPPF (Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire), atual (Sala Paulo Freire Centro de Referência em Estudos, Pesquisas e Formação).

As perguntas do questionário.

Como você descreve a abordagem da questão racial na SME?

Todo trabalho que se relacione a questões raciais são abordadas pelo CPFPPF, se tratando de formação continuada. Atualmente é o departamento responsável dentro da Secretaria Municipal de Educação por promover parcerias com as secretarias e instituições de ensino para promover cursos, palestras, projetos, eventos e lives voltados para educação de formação continuada.

É inevitável não abordar a mesma questão, mediante a perspectiva do momento atual de pandemia e todas as transformações que foram necessárias na sociedade. Como você descreve essas mudanças dentro da SME?

O trabalho se tornou mais virtual, a sala virtual Paulo Freire centraliza os cursos oferecidos com as parcerias, facilitando o acesso para a formação continuada dos professores da Rede Municipal, de forma *on-line*. Aqui também conversamos sobre seu trabalho na escola, o projeto literário baseado no livro “felicidade não tem cor” foi aplicado em uma escola do primeiro segmento da educação básica, fui questionando sobre a experiência entre aulas on-line e aulas virtuais.

A sala virtual da CPFPPF oferece uma nova realidade de formação continuada, em parcerias com instituições de educação. Como você pode descrever a relação entre a formação virtual do professor e a realidade das aulas atualmente, semipresencial?

Como professor da rede de Duque de Caxias, também passou por processo de adaptação do novo normal no sistema de educação. E descreve sua experiência como um processo de formação continuada.

Levando em consideração as mudanças repentinas e bruscas, onde o professor tem que se adaptar rapidamente, e por em questão a importância de também buscar novos meios de superar as dificuldades sociais na realidade de seu aluno para elaborar uma educação antirracista, quais são as principais dificuldades para a CPFPPF e equipe elaborar uma qualificação que trabalhe a lei 10.639/03? Não deu tempo de responder.

- A relação dele com a SME;
- O processo de elaboração do curso de EAD;
- O *feedback* dos professores da rede municipal de Duque de Caxias que realizam o curso;
- A sala virtual de cursos Paulo Freire, como funciona um curso *on-line* a distância e o retorno do trabalho do professor na sala de aula, uma conversa obre a questão das dificuldades da pandemia, o curso em que fiz foi dado em meio há um período de isolamento em Julho de 2020, o professor estava dando aulas *on-line*.

Foi falado sobre a questão de professores refutarem a ideia de que pessoas negras não sofrem, e têm atitudes de vitimismo, rechaçando a ideia de preconceito de pessoas negras contra a própria cor, ou a cor negra.

Glacione Ribeiro da Silva, 18 de Agosto de 2021.

A entrevista com a diretora do departamento me fez escrever diversos roteiros, ler sobre como entrevistar mais um pouco e reler. Busquei conhecer mais sobre Glacione como uma forma de me aproximar, muito nervosa, foi surgindo questões muito antes da entrevista que foi remarcada por duas vezes. Aumentando o nervosismo no que implica entrevistara responsável pelo CPFPPF. Fiz uma pesquisa no escavador, ela que me indicou o site para levantar as informações e escolhi pra ler um de seus artigos “Onde estão os bebês nas políticas? Governar a infância para governar a vida” (tem várias anotações sobre a conversa com Glacione sobre seu trabalho, ela comentou que não fez em sua pesquisa um recorte racial das mães que mais necessitavam das políticas para creche públicas).

No começo da conversa Glacione me informa sobre a mudança do nome do departamento. Não era mais CPFPPF Centro de Pesquisa e formação Continuada Paulo Freire e sim Sala Paulo Freire Centro de referência em estudo, pesquisa e formação. Atende toda coordenadoria.

- Atende todas as regiões de Duque de Caxias;
- As temáticas são demanda das equipes;
- Movimento antigo na rede, que pressiona a formação continuada para promover cursos que abordem a lei e as questões raciais;
- O nome da professora Miriam França, foi colocado como uma das professoras

que conhece e faz parte do movimento, buscando formação e estudos continuados para professores da rede;

- Uma militância de Duque de Caxias acionou ministério público;
- O *feedback* dos cursos através de projetos desenvolvidos pelas professoras para os planos de aula e currículos pedagógicos.

CAPÍTULO IV

COMO ME TORNAR PROFESSORA E PESQUISADORA NESSE PROCESSO? MEU PERCURSO, DE SÃO GONÇALO ATÉ DUQUE DE CAXIAS.

4.1 Recordando e Descrevendo uma Trajetória

Toda pessoa vive em sua trajetória inúmeras situações marcantes, que mudam a forma que a sentimos e avaliamos a partir do momento em que olhamos para a mesma situação de acordo com o tempo e o contexto em que recordamos. Escrever sobre nossa própria trajetória e relacioná-la com a formação profissional é algo que não é fácil de acordo com as regras acadêmica, ainda mais quando se trata de uma profissão tão complexa como ser professor. Como afirma Paulo Freire (1993), a formação é uma ação de construção de si mesmo, um processo em que cada pessoa vai se reconhecendo ao longo de sua história e se transformando através das interações com outras pessoas e com o contexto sociocultural em que vive.

O que venho escrever nestas páginas é minha trajetória no processo de mestrado. Com todos os momentos difíceis, seu contexto externo e meus “erros” e replanejamentos na tentativa de acertar. Trazendo de forma simplificada o conceito de erro, e sua importância no papel do desempenho na formação da educação. Vitor Manuel Trindade reflete sobre a importância na formação do erro na formação continuada. Sentia-me num constante errar e tentar de novo a partir de onde não deu certo. Nas palavras de Vitor Manuel (ano, p. 60):

Uma questão que se poderá colocar neste momento será da admissibilidade a existência do erro nas principais abordagens metodológicas utilizadas na investigação em Educação. Estas se fundam como sabemos, em duas concepções diferentes de realidade. Para uns, a realidade existe para além do sujeito e é independente dele; para outros, a realidade não é mais que o constructo pessoal do sujeito e não existe para além da sua mente. É algo indissociável do sujeito para além dele. (O papel do erro na formação o c conhecimento em educação: Algumas reflexões).

Um recorte que faz parte de uma vida, a minha história de vida, onde os estudos sobre a questão da minha realidade, das minhas experiências de vida como mulher, como negra e pobre, filha de uma outra mulher negra, quilombola do interior de Palmares/PE, semi analfabeta, e filha de uma outra mulher negra, também filha de uma ex-escravizada. Não poderia deixar de me apropriar dos trabalhos acadêmicos, e dos pensamentos de Conceição Evaristo nestas minhas, usando suas palavras “escrevivências” Como aconteceu na minha vida e na vida de muitas

mulheres negras, pobres, suas histórias de sofrimento, racismo, abusos sexuais, e certas formas de ensinar a “sobreviver” como mulher negra, foi passada oralmente de mãe para filha. De avós e bisavós. Nem sempre essa forma de “sobreviver” envolvia um crescimento educacional intelectual acadêmico, aliás, isso era raro. Dependia muito do poder econômico dessas mulheres, que geralmente vinham por ter se relacionado com homens brancos bem-sucedidos. Em uma sociedade patriarcal.

Eu tive essas duas formas de aprendizado de “sobrevivência” desde crianças: meus bonecos eram Bob (‘par’ da boneca Suzy), Ken (‘par’ da boneca Barbie), modismos da época e até hoje muito trazidos, mas os conselhos da época eram sempre casar com homem branco e rico. Mas também fui muito orientada a estudar, sempre levei jeito com o lápis, minha mãe dizia. Mas nunca acreditou que eu iria muito longe, porque com cinco filhos só dava pra estudar nos recentes construídos CIEPs, mais conhecido como Brizolões “entra burro e sai ladrão” que tinha a melhor proposta de estudo pública para a sociedade. Foi onde eu adquiri todo conhecimento possível pra época. Mesmo estudando depois no Clélia Nanci, escola de formação de professores técnicos, tendo que mudar para o turno da noite para trabalhar, nunca nenhum professor me falou sobre universidades públicas, ou uma chance de ingressar nelas. Só que eram muito difícil e só *playboy* conseguia, por que estudavam a vida toda nas melhores escolas. Daí surgiu o primeiro ENEM, que era aplicado de qualquer jeito, e nenhum aluno levava a sério. Era como uma pesquisa sobre a educação pública, então respondíamos de qualquer jeito. Por acaso, numa festa em uma chopada no campus da UFF, fiquei sabendo dos prés-comunitários, Valonguinho e DCE e logo me interessei muito, anotei logo os endereços, procurei no dia seguinte.

4.1 Formada e desempregada, 2017

Realizada. Depois de um processo de busca de conhecimento sobre as questões raciais junto ao PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), onde descobri novas epistemologias, outros pensadores e intelectuais negros, ampliando de forma significativa minha visão de mundo. Antes os tradicionais pensadores da filosofia grega era tudo que eu conhecia, psicólogos, artistas, músicos, todo meu conhecimento era sobre como pessoas brancas mudavam, pensavam e faziam o mundo, até o Jesus era venerado com a imagem de olhos azuis e loiro. A religião foi a maior de minhas descobertas e fascínio, por que sofri racismo dentro da

minha própria família, pela minha própria mãe, e era obrigada a ser evangélica, tal rompimento e libertação pelos estudos me fez repensar tudo que vivi, tudo que achava que sabia, e o melhor de tudo, gostar cada vez mais de todo esse novo conhecimento.

Antes de obter o diploma me arrisquei nas primeiras experiências de concurso público. Prestei concurso em 2015 para Duque de Caxias e São Gonçalo, com um forte sonho de lecionar. Fiquei muito feliz com a aprovação nos dois concursos, mas não tinha previsão de quando terminaria minha monografia, então segui sem pedir prorrogação ou entregar documentos. Em 20 de Julho de 2017 o sonho se realizou, em meio a protestos políticos em que me engajava sempre, nas lutas do DCE (Diretório Acadêmico de Estudantes), pois existe um complexo vínculo entre educação e política e, em particular, minhas escolhas acadêmicas e direções epistemológicas refletem minhas bandeiras nas lutas antirracistas, buscando expor um fenômeno educacional enquanto política social específica. Em particular para expor as principais determinações do fenômeno educacional enquanto política educacional específica. Com muito orgulho de mim mesma recebi das mãos da minha professora e diretora da FE/UFF (Faculdade de Educação) Dr(a) Zoia Prestes o meu diploma.

Agora o objetivo era fazer todos os concursos possíveis, lembrava-se de Caxias e São Gonçalo e me entusiasmava com uma nova possibilidade de aprovação. Minha vontade de atuar na área era muito forte. O tempo foi passando e nada de concurso.

4.2 O Ingresso no Mestrado em 2018 no PPCULT/UFF

Pensei que não ia mais querer sofrer com o exercício de produção acadêmica. Mas, mesmo com as dificuldades financeiras, lendo os artigos nos cadernos PNESB, senti vontade de ter mais desse conhecimento. Então comecei a estudar para o edital do PPCULT para a turma de 2019. Em um longo processo fui aumentando minhas expectativas a cada aprovação, sempre lembrando que minhas dificuldades era minha pesquisa, era minha vida. Entrei pelo sistema de cotas para negros e assim fui fazendo de mim mesma meu objeto de estudo. Se tornar o próprio objeto de estudo, não é assim um caminho, ou um jeito fácil. Como uma adolescente que desabafa suas tristezas em um diário. E eu, que já tive muito diários, guardados a sete chaves, pra meus irmão não leem minhas confissões. Seus medos, seus primeiros amores, suas vergonhas, uma vez meu irmão pegou e leu para todos os amigos da rua... Inclusive meus versos para o menino que eu

gostava... Que vergonha... Riram de mim por semanas, queimei todos e nunca mais escrevi. Bom deve ser daí que criei um bloqueio e acho que tudo que escrevo é ruim, besteira. Tenho vergonha de expor.

Mas não se foge assim., passa medo, vergonha, raiva, dói, mas vai, tem que ir, de qualquer jeito. É triste olhar quem ficou sofrendo pelo caminho, quem se entregou a fraqueza que o sistema impõe. Lembrando muito bem a letra que me deu muita forrça nos momentos difíceis, a arte de Bia Ferreira, com a música De dentro do Apê⁵

De dentro do apê
 Ar-condicionado, macbook, você vai dizer
 Que é de esquerda, feminista, defende as mulher
 Posta lá que é vadia, que pode chamar de puta
 Sua fala nem condiz com a sua conduta
 Vai pro rolê com o carro que ganhou do pai
 Pra você vê, não sabe o que é trabalho
 E quer ir lá dizer
 Que entende sobre a luta de classe
 Eu só sugiro que cê se abaixe
 Porque meu é tiro certo e vai chegar direto na sua hipocrisia
 O papo é reto, eu vou te perguntar
 Cê me responde se cê aguentar, guria
 Quantas vezes você correu atrás de um busão
 Pra não perder a entrevista?
 Chegar lá e ouviu um
 “Não insista,
 A vaga já foi preenchida, viu
 É que você não se encaixa no nosso perfil”
 Quantas vezes você saiu do seu apartamento
 E chegou no térreo com um prato de alimento
 Pra tia que tava tramping no sinal
 Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome?
 Quando foi que cê parou pra perguntar o nome
 E pra falar sobre seu ativismo?
 Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu
 Fe-mi-nis-mo?
 Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Há miliano que cês tão queimando sutiã
 Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Há miliano que cês tão queimando sutiã
 Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Há miliano que cês tão queimando sutiã
 Sempre deixando pra amanhã
 E nós, as mulher preta?
 Nós só serve pra você mamar na teta
 Ama de leite dos brancos

⁵ Compositores: Bia Ferreira. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=xITsc4nm_NI&list=RDMM&index=7.

Sua vó não hesitou quando mandou a minha lá pro tronco
 De dentro do apê
 Ar-condicionado, macbook, você vai dizer
 Que é de esquerda, feminista, defende as mulher
 Posta lá que é vadia, que pode chamar de puta
 Sua fala nem condiz com a sua conduta
 Vai pro rolê com o carro que ganhou do pai
 Pra você vê, não sabe o que é trabalho
 E quer ir lá dizer
 Que entente sobre lutas de classes
 Eu só sugiro que cê se abaixe
 Porque meu tiro é certo e vai chegar direto na sua hipocrisia
 O papo é reto, eu vou te perguntar
 Cê me responde se cê aguentar, guria
 Quantas vezes você correu atrás de um busão
 Pra não perder a entrevista?
 Chegar lá e ouviu um
 "Não insista
 A vaga já foi preenchida, viu
 É que você não se encaixa no nosso perfil"
 Quantas vezes você saiu do seu apartamento
 E chegou no térreo com um prato de alimento
 Pra tia que tava trampando no sinal
 Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome?
 Quantas vezes cê parou pra perguntar o nome
 E pra falar sobre seu ativismo?
 Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu
 Fe-mi-nis-mo?
 Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Há miliano que cês tão queimando sutiã
 Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Há miliano que cês tão queimando sutiã
 Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Sempre deixando pra amanhã
 E nós, as mulher preta?
 Nós só serve pra você mamar na teta
 Ama de leite dos brancos
 Sua vó não hesitou quando mandou a minha lá pro tronco
 De dentro do apê
 Ar-condicionado, macbook, você vai dizer
 De dentro do apê
 De dentro do apê
 De dentro do apê

4.3 As Dificuldades e a Importância da Bolsa de Mestrado na Minha Vida

Consegui. Novos desafios, novas expectativas, novas epistemologias. Entusiasmada, mas com o foco no tema da questão racial, e como iria conduzir meu projeto que apresentei para ingressar no mestrado “*Cultura africana e construção de espaços territoriais de resistência*” O projeto foi elaborado com o objetivo de dar continuidade aos estudos sobre questões raciais na graduação em pedagogia, com a monografia dando ênfase para as relações educacionais étnico-raciais, com base no ensino de História e cultura afro-brasileira e africana no âmbito escolar. Buscava ampliar minhas leituras com mais pesquisadores negros, e cada vez ler mais sobre essas questões e entender a construção de identidade cultural nos territórios que apresentam marcos de resistência cultural africana como: Favelas, quilombos, terreiros religiosos. Eu pensei em “unir o útil ao agradável” com meu filho com sete anos estudando em uma escola municipal perto da comunidade onde morava em São Gonçalo, eu ia conseguir fazer minha pesquisa na escola, levar meu filho e como meu orientador me aconselhava, quem conseguiria falar melhor sobre os territórios do que o sujeito que está totalmente inserido nele? Assim eu queria oportunizar reflexões sobre as consequências político-pedagógicas pensadas “fora” destes territórios, visando atender estes sujeitos. Para eu poder conseguir conciliar meu estudo com minha vida de mãe eu precisava da bolsa de mestrado, e entrei no processo optando pela bolsa para cotas raciais. Eram quatro bolsas divididas para cotas raciais, para promoção de direitos LGBT, para inclusão e acessibilidade a estudantes com deficiência e para bolsa geral. O PPCULT dialoga com a diversidade, trabalhando esse conceito em toda sua política de ensino.

Objetiva desencadear novas posturas que visem à superação do preconceito cultural de origem africana e em todas as dimensões da vida social.

4.4 Pensando e repensando o projeto e a atuação da pesquisa em campo em São Gonçalo (orientador João Domingues)

Depois de um semestre no mestrado, os planos aconteciam como esperados. Como bolsista as exigências de prazos para entrega de trabalhos e pesquisa de campos eram maiores. Meu primeiro orientador, João Domingues, me colocou a campo um semestre antes de todos. Então começamos a trabalhar o projeto, o campo e minhas ideias de pesquisa. Em alguns encontros logo

percebi que meu projeto inicial deveria ser todo mudado. Delimitar e recortar o tema.

REFERÊNCIAS **[EM REVISÃO]**

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013. 104p.

MACA, Nelson. Algumas reflexões sobre hip-hop e baianidade. **Revista Palmares “Cultura Afro-Brasileira”**, Ano 1, número 2, dezembro, 2005.

MOORE. Carlos. Racismo & Sociedade. **Novas bases epistemológicas para entender racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições. 2007.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Movimento** – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, n. 1, Maio de 2000, Niterói: EdUFF, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Educação e Diversidade cultural. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso e OLIVEIRA, Iolanda (Orgs.). O negro na contemporaneidade e suas demandas. **Caderno PENESB** – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF (n. 10) (jan/junh 2008/2010) Rio de Janeiro/ Niterói – EdUFF/2008/2010.

NEVES DA SILVA. Natalino. Juventude negra e escola: uma abordagem da diversidade cultural a partir dos sujeitos. In: SACRAMENTO. Mônica E OLIVEIRA, Iolanda E GONÇALVES. Maria das Graças (Orgs). **PENESB** cadernos 11. RJ. Ed.UFF/Ed. ALTERNATIVA. p. 254. 2009/2010

PEREIRA. Amauri Mendes. Escola espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, Jeruse. (Orgs). **“História da Educação do Negro e outras histórias”**. Secretaria de Educação continuada 2005. Coleção Educação para Todos. Brasília, 2005.